

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GIOVANNA BEGO DE MORAES**

**A ADESÃO BRASILEIRA À OCDE FRENTE À TEORIA MARXISTA DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CAMPINAS**

**2024**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS**

**FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**GIOVANNA BEGO DE MORAES**

**A ADESÃO BRASILEIRA À OCDE FRENTE À TEORIA MARXISTA DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Relações Internacionais da Escola de Economia e Negócios da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência para obtenção do grau de bacharelado em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Delaíde Silva Passos.

**CAMPINAS**

**2024**

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI  
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M827a	<p>Moraes, Giovanna Bego de</p> <p>A Adesão Brasileira à OCDE Frente à Teoria Marxista das Relações Internacionais / Giovanna Bego de Moraes. Campinas: PUC-Campinas, 2024.</p> <p>87 f.</p> <p>Orientador: Delaíde Silva Passos.</p> <p>TCC (Bacharelado em Relações Internacionais) - Curso de Relações Internacionais, Escola de Economia e Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Brasil-OCDE. 2. Adesão Brasileira à OCDE. 3. Teoria Marxista das Relações Internacionais. I. Passos, Delaíde Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Economia e Negócios. Curso de Relações Internacionais. III. Título.</p>
-------	---

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS**  
**FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**GIOVANNA BEGO DE MORAES**

**A ADESÃO DO BRASIL À OCDE FRENTE À TEORIA MARXISTA DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Dissertação defendida e aprovada em 14 de novembro de 2024 pela comissão examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Delaíde Silva Passos

Orientadora e presidente da comissão examinadora.

Pontifícia Universidade Católica de  
Campinas

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Lage de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica de  
Campinas

**CAMPINAS**

**2024**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Delaíde, pelos ensinamentos, pela paciência e por ser inspiração. Desde a sua primeira aula, eu já sabia o quanto iria contribuir para minha formação. O que eu não imaginava é que desenvolveríamos também uma parceria que pretendo cultivar.

À todo o corpo docente, coordenação e organizações das quais fiz parte dentro da PUC Campinas, local onde vivi histórias incríveis e que me moldaram para sempre. O ambiente acadêmico que construí não poderia ter sido melhor. Desejo que todos um dia possam viver a faculdade para além da sala de aula.

À turma 05, que agora tenho marcada na pele para sempre. Sinto que formamos uma família e sou muito feliz por ter tido a sorte de tanto companheirismo e leveza no meu dia a dia durante quatro anos. Junto com o ambiente acadêmico, vocês formaram lar na minha trajetória.

Aos meus pais, pela oportunidade do melhor estudo possível em todas as fases da minha vida. Foi por incentivo e crença de vocês que li aquele livro com apenas 13 anos e decidi o que gostaria de fazer pelo resto da vida. O apoio de vocês, mesmo nas minhas ideias mais mirabolantes, é tudo que preciso para atingir o melhor de mim.

Ao Arthur e ao Nino, que foram conforto em todo esse caminho. Obrigada por me ouvirem falar durante horas sobre desinteressantes e complicadas aos seus ouvidos.

Aos demais colegas e familiares que, mesmo por um milésimo de segundo, me colocaram em seus pensamentos de forma carinhosa e incentivadora.

Por fim, aos meus próprios sonhos e objetivos, que são o combustível de tudo que faço em minha vida.

## RESUMO

A presente monografia tem como objeto de estudo o processo de adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A OCDE é uma organização formada no contexto de expansão hegemônica estadunidense do pós-Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo, hoje, é a promoção da padronização mundial de melhores práticas econômicas. O Brasil iniciou suas aproximações gradativas da organização em meados de 1990, tendo formalizado um pedido de adesão plena em 2017, sob o comando do presidente Michel Temer. A partir do entendimento da importância da problemática, o trabalho questiona se o processo de adesão brasileiro à OCDE pode ser compreendido pela lente da Teoria Marxista das Relações Internacionais. Através de uma análise qualitativa de contexto histórico, discursos, notícias, ATAs de reunião e das considerações teóricas de Robert Cox e Stephen Gill, bem como de alguns dados econômicos para fins de comparação, pretende-se provar que as organizações internacionais são espaços de perpetuação e aprofundamento das lógicas de exploração do sistema capitalista. As recomendações econômicas neoliberais da OCDE seriam, nesse contexto, pressões para adequação a uma lógica que privilegia uma classe em detrimento de outra, fantasiadas de receitas para superação do subdesenvolvimento. No entendimento Marxista, as organizações internacionais são instrumentos estratégicos na perpetuação dos interesses hegemônicos e aumento das desigualdades sociais e de trabalho, o que atende aos interesses da classe governante desde o nascimento da OCDE. O Brasil, portanto, teria seus movimentos de aproximação e distanciamentos da organização condicionados às inclinações políticas, econômicas e ideológicas do bloco no poder nacional. As relações amigáveis traçadas de 1990 até 2017 mostraram-se condizentes com a posição diplomática estratégica do Brasil, mas os governos Temer e Bolsonaro contribuem significativamente para a comprovação da hipótese marxista de que o processo de adesão a OCDE pouco tem a ver com adequações técnicas, e muito mais com alinhamentos ideológicos.

**Palavras-chave:** OCDE, Brasil, adesão, neoliberalismo, Teoria Marxista, organizações internacionais.

## ABSTRACT

The present work has the Brazilian accession process to the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) as its research subject. The OECD is an organization formed in the post-World War II USA's hegemonic expansion context. Its main goal, today, is to promote the global standardization of the best economic policies. Brazil began its gradual approach to the organization in the mid-1990s and formally applied for a membership in 2017, under the administration of president Michel Temer. Recognizing the importance of this subject, this work questions whether Brazil's OECD accession process can be understood through the lens of the Marxist Theory of International Relations. Through a qualitative analysis of the historical context, speeches, news articles, meeting minutes, and the theoretical considerations of Robert Cox and Stephen Gill, along with a few economic data for comparison ends, the goal is to demonstrate that international organizations are spaces for the perpetuation and deepening of capitalist exploitation logics. In this context, the OECD's neoliberal economic recommendations are pressures towards compliance with a logic that privileges one class over another, disguised as formulas for overcoming underdevelopment. From a Marxist perspective, international organizations are strategic instruments for the perpetuation of hegemonic interests and the increase of social and labor inequalities, serving the interests of the ruling class since the OECD's emergence. Brazil's movements towards and away from the organization would, therefore, be conditioned by the political, economic and ideological leanings of the national ruling bloc. The friendly relations established from the 1990's to 2017 align with Brazil's strategic diplomatic position, but Temer and Bolsonaro's administrations significantly support the Marxist hypothesis that the OECD accession process has little to do with technical adjustments and much more with ideological alignments.

**Keywords:** OECD, Brazil, accession process, neoliberalism, Marxist Theory, international organizations.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES SOBRE A OCDE E SUAS RELAÇÕES HISTÓRICAS COM O BRASIL .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1. A estrutura organizacional da OCDE .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2. Análise geográfica dos membros atuais .....</b>	<b>18</b>
<b>1.3. A relação histórica do Brasil com a OCDE .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 2: DA FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO DE ADESÃO A 2022 ....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO 3: A TEORIA MARXISTA NA ANÁLISE DAS RELAÇÕES OCDE-BRASIL .....</b>	<b>52</b>
<b>3.1. Considerações iniciais sobre a Teoria Marxista das Relações Internacionais .....</b>	<b>52</b>
<b>3.2. A Teoria Marxista aplicada ao caso prático da OCDE e do Brasil ...</b>	<b>59</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>75</b>

## INTRODUÇÃO

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), idealizada em 1961, derivou de outra organização, a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), formada no contexto pós-Segunda Guerra, quando a preocupação da Europa era sua reconstrução econômica e política. Hoje, a OCDE se coloca como conselheira dos governos para promover um crescimento econômico resiliente, inclusivo e sustentável por meio de políticas de padronização. Seu slogan, “*better policies for better lives*” (em português, “melhores políticas para vidas melhores”) representa esse papel. Atualmente, ela é composta por 38 países<sup>1</sup> considerados os mais desenvolvidos e ricos do mundo (OCDE, 2023).

Logo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América (EUA) estavam interessados em ampliar seu poder por meio da definição de uma ordem internacional capitalista. Para regular as ferramentas criadas para atingir esse propósito, em 1948, foi criada a OECE, Organização Europeia de Cooperação Econômica, com o objetivo de regular o funcionamento do Plano Marshall, operação de financiamento estadunidense para reconstrução dos países destruídos pela guerra. Em 1961, a OECE oficialmente se transforma na OCDE, incorporando os EUA e o Canadá, influenciados pelo sucesso da organização e pela possibilidade de elevar suas estratégias ao nível global de forma institucionalizada e, por consequência, influenciar a nova ordem mundial do pós-guerra. Com isso, não demorou para que, com a recuperação econômica dos países, a organização ficasse conhecida como o clube dos ricos (BRAGA, 2021; FLORÊNCIO, SEYFFARTH, 2018).

O Brasil, apesar de não ser membro, é árduo parceiro da organização desde meados da década de 90, tendo em vista as várias presenças brasileiras em reuniões e a adesão a diversas recomendações e decisões obrigatórias aos membros. O estatuto da organização permite que países não-membros participem de comitês e

---

<sup>1</sup> Atualmente, os seguintes países fazem parte da OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Coréia, Costa Rica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia.

programas isolados. Em 2007, todas essas aproximações levaram o país ser convidado a participar de um “compromisso reforçado”, programa depois classificado como “parceiros-chave”. No entanto, foi apenas em 2017, sob o governo de Michel Temer (2016-2018), que o Brasil formalizou seu pedido de adesão à organização (BRAGA, 2021).

Desde então, as movimentações foram bem lentas, considerando que a própria organização só abriu espaço para discutir internamente a adesão em 2022, com o lançamento do documento-guia “*Roadmap for the OECD Accession Process of Brazil*”<sup>2</sup>, cinco anos após o pedido. No mesmo ano, a Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia também tiveram seus pedidos de entrada incorporados as pautas da organização. Como colocado por documentos oficiais, não existe prazo para o processo de adesão, mas o país deve se submeter a uma revisão técnica de 20 comitês, inclusive adaptando sua legislação interna antes de ser convidado, caso necessário. Mesmo assim, até 2018, o Brasil já teria aderido a cerca de 106 dos seus 204 instrumentos legais, à época (OCDE, 2022).

Tendo isso em mente, o presente trabalho questiona se a adesão do Brasil à OCDE pode ser compreendida através da Teoria Marxista das Relações Internacionais. Tem-se como hipótese inicial uma resposta positiva ao questionamento, uma vez que a demora na aceitação do Brasil na OCDE pode ser analisada à luz de conceitos e conclusões de autores de ordem Marxista das Relações Internacionais, dentre eles Andrew Linklater (2005), Robert Cox (1981) e Stephen Gill (1995). A partir desses entendimentos, compreender-se-á que as forças que guiam os rumos das negociações sobre a membresia estariam condicionadas tanto a forças internas do Brasil, como pela preferência dos países já membros da organização. Nesse sentido, as elites internas brasileiras teriam atuação mais forte ou mais fraca a depender do contexto nacional, da mesma maneira que as elites globais, incorporadas na figura dos países membros pertencentes ao centro, especialmente os EUA. De forma mais específica, tomando por base a Teoria Marxista das Relações Internacionais, a hipótese aqui a ser comprovada é que as instituições nada mais são

---

<sup>2</sup> Este é um documento lançado tradicionalmente pela OCDE todas as vezes que as discussões para a adesão de um novo membro são finalmente incorporadas às pautas dos países membros. Ele serve como um guia a ser seguido pelo requerente, detalhando os passos a serem cumpridos e normas obrigatórias a serem aderidas. O “*Roadmap for the OECD Accession Process of Brazil*” está disponível em: <https://www.oecd.org/latinamerica/Roadmap-OECD-Accession-Process-brazil-EN.pdf>.

do que *locus* de perpetuação da lógica capitalista do Sistema Internacional (HERZ, 2015). Como estudado pelos especialistas supracitados, a divisão do Sistema Internacional em países do centro e da periferia impõe dinâmicas de produção e relações sociais que cada vez mais evidenciam as desigualdades sociais, com atuação dentro do próprio país, entre países e no âmbito das instituições.

Com o objetivo de demonstrar o aumento do fosso entre centro e periferia por meio das relações entre eles performadas no âmbito das organizações internacionais, como a OCDE, essa pesquisa irá analisar o caso brasileiro à luz das forças de classe no poder em cada governo, levando em conta fatores econômicos, político-ideológicos e social-culturais apresentados por cada um deles.

Ao utilizar-se das organizações para o aprofundamento da divisão internacional do trabalho no sistema capitalista, em que uma classe é a detentora dos meios de produção e a outra precisa vender sua força de trabalho, as elites burguesas das potências usariam o discurso de padronização econômica meramente como atração de economias emergentes para a OCDE. A maior diversidade – em termos econômicos – da organização, entretanto, seria ferramenta para reproduziria lógicas de exploração intrínsecas ao Sistema, ao invés de promover a emancipação da classe proletária.

O Brasil, como 12ª economia mundial em 2022 (AUSTRIAN RATING, 2023), considerado o país mais desenvolvido dentre aqueles emergentes, maior celeiro agrícola do mundo e abrigo de um grande mercado consumidor, mesmo que com baixos índices de industrialização interna, seria um membro chave na lógica da organização. Ao estar posicionado como dependente do investimento externo, mas ao mesmo tempo um líder reclamante de economias emergentes, o Brasil poderia atender aos seus interesses próprios bem como os da organização, caso a membresia fosse concretizada (FLORÊNCIO; SEYFFARTH, 2018).

Por isso, a depender da classe no poder tanto no Brasil e na OCDE, a congruência entre suas ideias é maior ou menor. Traçar uma linha entre as inclinações econômicas, político-ideológicas e social-culturais de cada governo perpassado no Brasil, bem como as da ordem mundial na qual a OCDE está incluída, faz-se primordial. Dessa forma, o cenário interno dos governos que perpassaram o país nos anos de cooperação com a organização, na figura das elites dominantes do momento,

e a geopolítica mundial trazem especificidades que podem ter ajudado ou prejudicado o processo de adesão, mas certamente o prolongou.

Uma vez entendida a importância desse alinhamento, interpretações marxistas dos conceitos de anarquia, ordem internacional, hegemonia e organizações internacionais conectarão o cenário histórico com a proposição prática colocada pela presente monografia.

De toda maneira, a demora na adesão de países da periferia do sistema não pode ser considerada uma coincidência e merece análise. A adequação aos padrões de uma organização internacional implica mudanças internas a um país e, conseqüentemente, a sua população. Entender a dualidade entre o fato de o Brasil já estar caminhando para essa adesão e já ter concretizado adequações internas nesse sentido, mas sem perspectiva de conclusão, justifica o atual trabalho. O fato de o Brasil não ser plenamente incluído a um fórum de decisão tão amplo, mas nunca se desligar efetivamente da importância vinculada a ele é resultado de calculados movimentos por ambos os lados, que serão aqui abordados.

Nessa perspectiva, a hipótese será testada através de uma análise qualitativa dos acontecimentos e do relacionamento organização-país desde 1990, época do primeiro contato de ambos, até 2022, marco importante no país com o final do governo de Jair Bolsonaro (2019-2023). Serão alvo de análise os documentos oficiais (ATAs de reuniões da organização, pronunciamento interno, relatórios), participação dos países em outras organizações, notícias nacionais e internacionais de sites locais e dos países envolvidos nas questões, andamento oficial do processo de adesão, discursos e pronunciamentos de figuras centrais, entre outros. Em alguns casos, o método da comparação será válido, visto que o Brasil não é o único país considerado da periferia do sistema em fila de adesão. Ademais, as lentes da teoria serão desenvolvidas através da análise dos textos primários de estudiosos como Robert Cox, Andrew Linklater e Stephen Gill e de outros trabalhos mais recentes que ainda utilizam das ideias destes primeiros para buscar explicação a acontecimentos contemporâneos. Como exemplo desse último caso, merece destaque o texto de Tullo Vigevani *et al.* (2011), professores e estudiosos brasileiros da Teoria Marxista, além da tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada por Gabriel de Castro (2023) à Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

Além disso, em certos momentos, haverá a necessidade da análise de dados quantitativos para a comparação entre a economia dos países, como o tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) e dados de importação e exportação. Esses dados serão retirados das maiores organizações econômicas do mundo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. A maior parte dos dados coletados estarão dentro do marco temporal, mas não serão desconsiderados o cenário histórico e a estrutura produtiva dada até o início do período de análise. Logo, os dados econômicos quantitativos não são suficientes se analisados sozinhos, assim como textos bibliográficos não são completos sem a análise prática do caso.

Com esse questionamento, hipótese e método, o objetivo será atingido a partir de uma divisão de capítulos em que o primeiro deles tratará de uma contextualização histórica da formação da OCDE, sua estrutura interna em termos de funcionamento e de países-membros, além de uma análise específica da adesão dos três países membros sul-americanos. Nesse momento, também, a relação histórica da OCDE com o Brasil até o momento de formalização do pedido de adesão brasileiro será traçada. O segundo capítulo compreenderá, em detalhe, os fatos ocorridos desde o pedido de adesão, em 2017, ao final do governo Bolsonaro, em 2022. No terceiro capítulo, uma análise da teoria marxista das Relações Internacionais aplicada ao caso será feita, entendendo como os conceitos teóricos são vistos no caso prático proposto. Por fim, o trabalho será concluído com a constatação ou não da hipótese inicial e uma breve exposição de perspectivas futuras do relacionamento do país com a organização, considerando benefícios e malefícios envolvidos no processo.

## **CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES SOBRE A OCDE E SUAS RELAÇÕES HISTÓRICAS COM O BRASIL**

Para compreensão da hipótese proposta, o presente capítulo buscará entender, além do seu contexto de formação, a estrutura e funcionamento interno da OCDE, analisar seus atuais membros quanto à posição geográfica e capacidade econômica, bem como pontuar aqueles países que se tornaram exceções à tradição que a levou a ser conhecida como clube dos ricos. Enfim, de forma mais específica, buscará traçar um contexto histórico cobrindo as aproximações e distanciamentos entre o Brasil e a organização.

### **1.1. A estrutura organizacional da OCDE**

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apesar de ter sua formação no Direito Internacional apenas em 1961, quando de sua fundação, remonta a momentos anteriores. Logo após a Segunda Guerra Mundial, os EUA emergiram como um dos vencedores, os credores do sistema internacional e o país com menor destruição de infraestrutura em comparação com a Europa e o Japão. Os países europeus e demais afetados pelo conflito, por sua vez, se deparam com um longo caminho a ser percorrido em suas reconstruções. Para garantir-se como potência internacional, os EUA entendiam a necessidade de internacionalizar seu sistema político-econômico e viram nos fóruns multilaterais a oportunidade de concretizar isso. Nesse sentido, a Conferência de Bretton Woods de 1944 foi chave para o início deste processo. De acordo com Silvana Simon (2011),

O objetivo era criar regras e instituições formais de ordenação do sistema monetário internacional [...]. Entendia-se como necessário definir regras comuns de comportamento aos países para que chegassem à estabilidade macroeconômica e superassem os entraves ao comércio internacional (SIMON, 2011, p. 29).

Para isso, as nações presentes na Conferência estudaram as propostas de dois estudiosos da economia, John Keynes e Harry White. A proposta de White foi a que predominou, resultando na criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – precursor do Banco Mundial) e do FMI, além de definir o dólar como moeda internacional e, portanto, condicionar a economia do mundo todo

às políticas macroeconômicas estadunidenses, o único detentor da emissão da moeda. Entretanto, as duas instituições criadas no plano de Bretton Woods não foram suficientes para concretizar a renovação que a Europa precisava e requisitava, especialmente pela escassez de dólares. Isso era causado, especialmente, pelo pouco dinamismo do comércio internacional, tendo em vista que os EUA detinham grande parcela da capacidade produtiva do mundo, mas a Europa não detinha o poder monetário para adquirir esses produtos (SIMON, 2011).

Nesse sentido, o Plano Marshall surge como uma solução para esse entrave. No contexto de Bretton Woods, a rivalidade da Guerra Fria entre EUA e União Soviética ficou ainda mais profunda, exatamente pela dominância alcançada nesse fórum pelos EUA. Assim, o Plano Marshall foi a forma encontrada pelos estadunidenses de instrumentalizar a contenção do que entendiam ser o avanço comunista e garantir que os mercados europeus gastassem mais. O Plano, basicamente, concedia empréstimos a juros mais baixos para os governos europeus sob a condição de abrirem suas economias à investimentos estadunidenses e de comprarem produtos vindos de lá. Como guia máximo desse processo, estava a motivação pela consolidação do capitalismo na Europa Ocidental (SIMON, 2011).

Criada em 1948, a OECE, Organização Europeia de Cooperação Econômica, serviu exatamente para regular o funcionamento do Plano Marshall, que entrou em vigência nesse mesmo ano. Ela reunia os países europeus assegurados pelo benefício e funcionava como um facilitador das conversas que regulariam seus interesses, tanto em termos monetários e jurídicos do recebimento dos empréstimos, como na implementação das condições impostas pelos EUA para abertura a seu mercado. Assim, fica evidente como o objetivo dos estadunidenses no processo de expansão de seus ideais após a Segunda Guerra Mundial foi exitoso graças à sua posição privilegiada nas instituições internacionais (SIMON, 2011). Com o fim desse Plano no início da década de 1950, a organização tomou caráter mais geral e global e incluiu o financiador como membro, como será visto adiante (OCDE, 2024).

Em 14 de dezembro de 1960 foi assinada, em Paris, a Convenção de Transformação da OECE em OCDE, que começa a produzir efeito em 30 de setembro do ano seguinte. Tendo como palco o *Chatéau de la Muette*, mesmo local da sede atual, a assinatura contou com a presença de diversos países, sendo considerados

os fundadores: Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Suíça, Suécia, Espanha, Turquia, Reino Unido e os EUA (OCDE, 2024). O papel dos EUA e Canadá como membros fundadores, influenciados pelo sucesso da organização anterior e pela possibilidade de elevar seus ideais político-econômicos ao nível global (não apenas europeu) de forma institucionalizada, demonstraram o sucesso da transição. No entanto, a organização não consegue manter seu molde anterior, que garantia sua capacidade de financiamento e da imposição de condicionalidades<sup>3</sup>. Isso ocorre, principalmente, pela falta da predominância de um fiador pelas crises econômicas mundiais do período, especialmente a de 2008, que teve como epicentro os próprios EUA. Dessa forma, os objetivos dos membros acordantes da OCDE se adaptaram e, hoje, se resumem a recomendação e adoção de políticas que promovessem crescimento econômico, prosperidade e desenvolvimento sustentável, por meio da padronização do comércio internacional (FLORÊNCIO, SEYFFARTH, 2018).

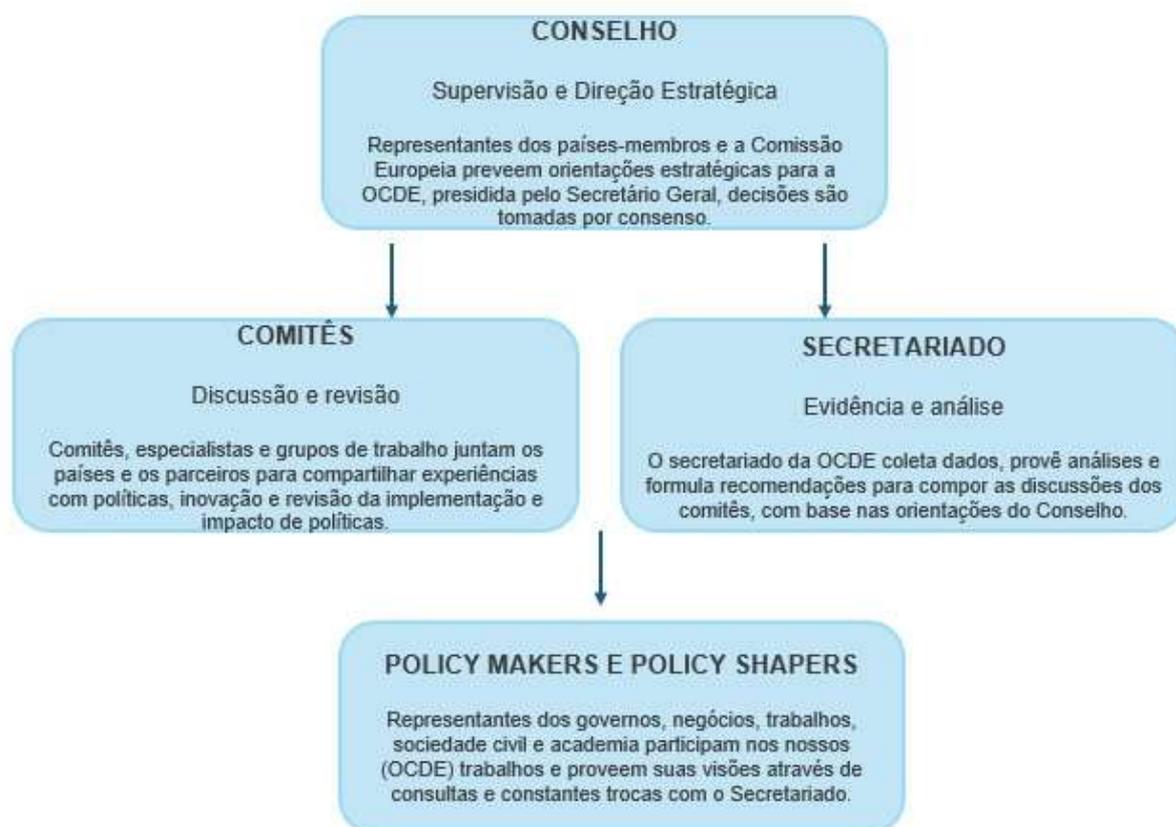
Além disso, é importante mencionar que, constituir o caráter de uma organização pressupõe uma sede, funcionários, personalidade jurídica e objetivos (HERZ, 2015). Desta forma, listados esses aspectos, convém discorrer a estrutura interna da organização. O órgão máximo da OCDE é o Conselho, em que todos os membros se unem em igualdade através de seus ministros e embaixadores. A Reunião Ministerial do Conselho é o mais importante dos encontros e revisa as atividades do ano percorrido e determina aquelas para o ano que virá. O Conselho é presidido pelo Secretário Geral, segundo órgão da organização e representante das funções administrativas, dentre elas, a provisão de um orçamento. O secretariado engloba, ainda, secretários-adjuntos e diretorias. Cada diretoria trata de um tema específico e é responsável pela criação de Comitês vinculados a esses temas. Os Comitês, por fim, estão no mesmo âmbito hierárquico do Secretariado, possuindo funções específicas relacionadas a elaboração e revisão de políticas, podendo, inclusive, instituir grupos de trabalho. Como já citado anteriormente, a organização performa suas ações práticas com base nos consensos atingidos acerca de

---

<sup>3</sup> O financiamento da organização anterior era, exclusivamente dos EUA, idealizadores do Plano Marshall. Além disso, os empréstimos, como já citado, eram condicionados à abertura econômica e desenvolvimento das relações comerciais com os próprios EUA, de quem os países ajudados deveriam comprar (SIMON, 2011).

recomendações e análises, mas não possui força jurídica para mecanismos de *enforcement*, ou seja, de obrigação de implementação (OCDE, 2024).

**Figura 1:** Organograma da OCDE.



Fonte: OCDE, 2024. Tradução própria. Disponível em: <https://www.oecd.org/about/structure/>.

O *modus operandi* da organização se concentra basicamente em dois grandes âmbitos, previstos em sua Convenção de formação: aqueles que geram adequações vinculantes e os que não. No primeiro caso, estão especialmente as Decisões e os Acordos firmados no âmbito da OCDE, de certa forma patrocinados por ela. Dessa forma, se um país aceita uma decisão ou acordo, é obrigado a internalizar juridicamente a diretriz. Já no caso das Recomendações, Declarações e Entendimentos não é necessário tomar mais ações além de firmar o compromisso. A grande diferença entre estas últimas é que as Recomendações possuem capacidade de coerção, as Declarações são mais ligadas com compromissos – não tão

moralmente fortes – e os entendimentos são resultados de consenso entre alguns membros participante de certos Comitês (CASTRO, 2023). Em ambos os casos, entretanto, não há órgão para fiscalização ou mesmo para solução de controvérsias (FLORÊNCIO; SEYFFARTH, 2018).

Com isso, fica fácil compreender que a adesão de um novo membro é sensível e depende do consenso por parte dos demais representantes, que decidem com base na disposição e capacidade dos requerentes em fazer parte dos padrões pregados. Nesse sentido, considerando que a participação garante voz ao membro, mas não a obrigatoriedade de implementação de políticas, as barreiras acabam posicionadas exatamente nas condições para a adesão. Como já citado, a OCDE, por mais que não siga os moldes jurídicos vinculantes de organizações como o FMI, Banco Mundial e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), deriva da OECE, criada para instrumentalizar a propagação da ordem mundial capitalista, movimento guiado pelos EUA. Até hoje, diversas organizações, como o próprio FMI, Banco Mundial e OTAN, possuem esse país no seu centro, como maior financiador e impositor das regras, até mesmo levando em conta o êxito em seu projeto apresentado na Conferência de Bretton Woods.

É exatamente essa vitória que leva o país à hegemonia nas organizações internacionais, detendo não só a emissão da moeda que passaria a ser a oficial nas trocas internacionais, mas ditando as estruturas de governança internacional da nova ordem. Mesmo com a crise do sistema de Bretton Woods que se seguiu, os EUA se reinventaram e criaram novos mecanismos de disseminação de seus valores por meio de novas instituições ou novas ideologias. É pelo mesmo motivo que, hoje, as tensões contra a China possuem grande campo nas organizações, com o país asiático investindo em fóruns de decisão internacional alternativos aos ocidentais, como o próprio BRICS<sup>4</sup> e o Banco Central Chinês, para conquistar o protagonismo no sistema internacional (QUADROS, 2020). Nas palavras de Garcia (2010):

Pode-se observar que a ordem hegemônica estabelecida pelos EUA no mundo capitalista no pós-Segunda Guerra transcende o poder bélico, e tem nas instituições internacionais (organizações

---

<sup>4</sup> O BRICS é grupo político-econômico multilateral que reúne, em fórum, as economias emergentes do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e faz frente às instituições dominadas pelos EUA e sua influência no Ocidente.

interestatais e corporações privadas) seus pilares de legitimação e imposição da ordem (GARCIA, 2010).

Logo, é compreensível a importância da OCDE nas dinâmicas do Sistema Internacional e de suas ações práticas, demonstrando a necessidade da análise dos motivos políticos e econômicos que poderiam levar à dificuldade ou vontade de adesão de novos membros a esse sistema.

## **1.2. Análise geográfica dos membros atuais**

A OCDE, em 2024, possui 38 países membros, sendo eles Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia.

Pode-se notar que há apenas 4 países membros localizados na América Latina – México, Colômbia, Chile e Costa Rica - e nenhum do continente africano. Na Oceania, apenas a Austrália e Nova Zelândia têm voz; no Oriente Médio, apenas Israel, e na Ásia, Japão e Coreia do Sul. Em contrapartida, diversos países europeus e todos da América do Norte são membros há muito tempo e apoiam uns aos outros no espaço da organização (OCDE, 2023). Logo, os países com maior representação e mais fácil acesso à OCDE são os europeus e/ou historicamente percursores das colonizações, das corridas expansionistas, da acumulação de capital, da Revolução Industrial e das mais agressivas expansões econômicas em cima dos mercados consumidores dos países menos desenvolvidos. A entrada de países da periferia é sempre muito bem calculada por ambas as partes, enquanto a de países do centro é requerida e acelerada.



O Chile foi o primeiro desses três países a adentrar a OCDE. Diferente do caso brasileiro, ele foi convidado, juntamente com a Eslovênia, Estônia, Israel e Rússia, a fazer parte da organização em maio de 2007. O processo foi, então, iniciado com o lançamento de uma resolução para a abertura das discussões entre os membros. Em novembro do mesmo ano, o seu *Roadmap* foi lançado e o país iniciou a corrida para suas adaptações legais internas. Em setembro do ano seguinte, o governo chileno apresentou à organização o seu memorando inicial, como uma “resposta” ao guia, indicando que aceitava todos os critérios, pontuando algumas ressalvas e pedindo um período maior para implementação de outros. Foi apenas em dezembro de 2009, ao entender que o país havia aderido a todos os requisitos presentes no guia e nas conversas, o Conselho emitiu um convite formal para adesão à organização, marcando uma data para a assinatura do acordo. Menos de um mês depois, em 11 de janeiro de 2010, a assinatura ocorreu e, após a aprovação no Parlamento Chileno pouco tempo depois, a sua entrada foi concretizada (OCDE, 2023).

O país, assim como o Brasil, já fazia parte de alguns Comitês e pactos desde a década de 1990. Em diversos relatórios, a OCDE fazia menção ao país, destacando-o como uma crescente democracia estável na região. Internamente, é necessário entender o contexto do país na adesão. Em termos de política interna, após a queda do regime ditatorial de Pinochet em 1990, o país passou por um governo de estabilização, tendo em vista os desastres econômicos deixados e o baixo grau de abertura política e econômica do país. Entretanto, foi apenas no segundo e terceiro governos após a volta da democracia que o Chile retomou negociações multilaterais. Mesmo assim, ainda foi refém de crises internacionais (como a asiática) e dos próprios reflexos políticos da ditadura anterior. A quarta eleição após a era Pinochet, finalmente, consagraria a candidata pelo Partido Socialista, Michelle Bachelet como presidente, tendo seu mandato de 2006 a 2010 (VIEIRA; GUSMÃO, 2011).

Apesar de ter sido essa a ocasião do convite da organização ao país, é necessário entender que o Chile segue uma linha favorável aos olhos das potências no caminho de uma redemocratização e abertura após regimes extremistas. Nesse sentido, o fato de ter tido reflexos dos líderes ditatoriais em mandatos posteriores e ter uma recuperação econômica gradual e estável, além de sua posição econômica na região tradicionalmente forte, são justificativas ao convite. Todavia, é controverso perceber que a recuperação econômica plena só tenha chegado em um governo que

se caracterizava como socialista, apesar de Michelle apresentar algumas políticas fiscais e de arrecadação de caráter alinhado a instituições como o FMI e Banco Mundial. Esse cenário, assim, se alinha às medidas estritamente capitalistas, a favor do livre-mercado e defensoras de um Estado mínimo. Mesmo nesse contexto controverso, após 2006, a recuperação chilena foi cada vez mais acelerada. Por fim, convém mencionar que, em 2010, à época da concretização da adesão, foi Sebastian Piñera, recém-eleito presidente com propostas explicitamente mais conservadoras nos costumes do que aquelas praticadas por Michelle, mas economicamente similares, quem assinou a Convenção (GERMANO, 2009).

Em resumo, é possível compreender a tentativa da OCDE em convidar um país historicamente conhecido por sua abertura econômica e papel regional para fazer parte do fórum em um momento de estabilidade após as crises políticas e econômicas expressivas. Esse, em análise, foi um movimento condizente com os moldes há muito presentes na organização de tentativa de aproximação de mercados benéficos, em momentos em que a ordem interna está em jogo e aberta a um patrocinador. Por outro lado, a organização certamente não esperava que, exatamente durante um governo considerado socialista é que algumas políticas neoliberais fossem ser implementadas. Por isso, esse fato foi inclusive explorado pela organização, que se aproveitou da oportunidade para parecer mais inclusiva e disposta a aceitar diferentes visões. Em declaração, o mexicano e então secretário-geral, José Angel Gurría, caracterizou a adesão como uma “contribuição para que a organização seja mais plural”, reconhecendo, inclusive, a peculiar escolha do país (GERMANO, 2009).

A Colômbia, por sua vez, tem um processo de adesão muito parecido com o do Brasil, até o momento. Ainda assim, apesar de já fazer parte de alguns comitês e resoluções desde o final da década de 1990, a relação do país com a OCDE não era tão próxima como o Brasil, o que gerou apatia da população colombiana para com a organização. Foi apenas em 2010, quando Juan Manuel Santos, recém-eleito presidente da Colômbia, declarou que um dos objetivos de seu governo era a acessão à OCDE, que o tópico ganhou espaço. É importante notar que, durante todo o processo de adesão à organização, o executivo colombiano foi comandado por Santos e Iván Duque Márquez, presidentes deliberadamente liberais na economia e conservadores nos costumes, defensores do investimento externo direto e da

aproximação com os EUA, ideias muito condizentes com o objetivo da OCDE (ARANGO, 2021).

Em janeiro de 2011, Santos finalmente formaliza um pedido de adesão perante o Conselho, motivado especialmente pela possibilidade de converter a imagem da Colômbia de um Estado falido e tomado pelo narcotráfico em uma nação moderna que estava seguindo o exemplo dos exitosos. Esse foi um trabalho minucioso desenvolvido especialmente na figura do presidente e de seu corpo de funcionários, a quem ele delegou estudos específicos acerca da organização, antes mesmo da população colombiana entender o status que a adesão traria. Grande precursor de um alinhamento com os EUA, Santos sabia do desejo das potências e especialmente dos estadunidenses em controlar as guerrilhas nacionais e serem os vitoriosos dessa guerra contra as drogas (ARANGO, 2021).

Foi apenas 2 anos depois, em 2013, que o Conselho decidiu incorporar o pedido da Colômbia em suas pautas de discussão e lançar o *Roadmap* para o que viria a ser o segundo país membro localizado na América do Sul. A partir disso, a Colômbia iniciou, então, suas adaptações internas que contavam basicamente com visitas técnicas dos comitês para verificação da adequação e outras recomendações não vinculantes, além do auxílio direto a parlamentares no momento de escritura das novas diretrizes. Já em 2014, o país, assim como o Chile, divulgou um memorando inicial demonstrando os comitês dos quais já fazia parte e o tempo, estratégia e ressalvas pretendidos para os que ainda teria que se adaptar. Após muitas reuniões do governo interno com os técnicos da OCDE, finalmente, em maio de 2018, a organização convidou o país a se tornar membro e a assinatura do acordo ocorreu. Em abril de 2020, já sob o governo de Márquez e após ratificações domésticas, a Colômbia foi enfim nomeada como membro da OCDE (OCDE, 2024).

A adesão colombiana foi caracterizada por Gurría como um catalisador para reformas que melhorariam o bem-estar da população, inclusive reduzindo a informalidade. Ainda, ele menciona que a adesão é prova do compromisso da OCDE em juntar países que se esforçam para alcançar os maiores e melhores índices globais, colocando que a Colômbia teria muito a aprender com a experiência dos demais membros também. Para provar ainda mais a importância do alinhamento do poder executivo nesse caso, a fala do presidente Santos na cerimônia de assinatura

do acordo agradecendo “ao generoso povo europeu” é exemplo claro de seu alinhamento com as políticas neoliberais pregadas (OCDE, 2020). De qualquer forma, especialistas pontuam que o *Roadmap* imposto a Colômbia foi muito mais rígido do que aqueles utilizados para o México e Chile – que já vinham implementando reformas liberais, além do *gap* de índice de desenvolvimento ser maior, o que exigiu reformas muito mais bruscas, mas que foram superadas pela quase subserviência dos governantes colombianos à organização (NEVES, 2021).

Para finalizar o quadro sul-americano, é necessário entender também o contexto de entrada da Costa Rica na organização. Em junho de 2012, o país demonstrou seu interesse em se tornar membro da OCDE ao encaminhar uma carta ao então Secretário-geral. Entretanto, três anos antes o país já havia iniciado sua aproximação da organização, aderindo à comitês e normas avulsos, assim como todos os demais casos aqui analisados. Foi apenas em 2015 que o Conselho se mostrou disposto a incorporar as discussões em suas pautas, lançando o *Roadmap* a ser aplicado a Colômbia. Até abril de 2019, as adaptações internas foram implementadas, o que culminou no convite formal da organização em maio de 2020 (ZAMORA, 2022).

À época do pedido de adesão, a presidente costarriquenha em exercício era Laura Chinchilla, membra do Partido da Libertação Nacional (PLN), que possui princípios e objetivos conservadores. Entretanto, seu pedido soou mais como uma formalidade, tendo em vista que os processos se desenrolaram de fato sob a gestão de Luis Guillermo Solís, grande opositor e crítico das políticas, em suas palavras, corruptas do PLN. Caracterizado mais como uma centro-esquerda, Solís prometia reacender a chama de uma democracia diferente daquela que vinha sendo pregada e aumentar a arrecadação do Estado (G1, 2014). Apesar de ter promovido todas essas reformas que, como no caso da Colômbia, foram mais árduas pelo pouco alinhamento compartilhado com a organização até então, o presidente foi motivo de ressalva no *Roadmap*, tendo a organização citado que a “liderança e a coordenação do governo costa-riquenho são frágeis em comparação com seus padrões” (NEVES, 2021).

Ainda assim, na gestão de Carlos Alvarado Quesada, eleito em 2018, é que as adaptações internas e o processo como um todo foram finalizados. Membro do

mesmo partido de seu antecessor, ele foi o representante executivo a assinar o acordo de entrada e a posterior ratificação da entrada pelo Congresso costarrriquenho em maio de 2021. Na ocasião, Gurría declamou palavras parecidas com aquelas utilizadas na adesão do Chile e da Colômbia, caracterizando o processo como “uma ampliação multilateral necessária”, tendo enxergado o papel do país na construção de políticas voltadas ao neoliberalismo e uma democracia estável, além do potencial em aprender e ensinar os demais membros. Dessa forma, a Costa Rica é, ainda, o mais recente membro da organização (OCDE, 2024).

Nesse sentido, compreende-se que as experiências de acessão a OCDE na América do Sul são similares ao mesmo tempo que únicas e intrinsecamente ligadas à inclinação interna do governo em aderir ao fórum de discussão e troca que é a OCDE, além da determinação dos membros em abrir diálogo para isso, determinar os critérios e caracterizar a entrada. Como será visto adiante, dentre os três casos expostos, o que mais se aproxima do Brasil até agora é o da Colômbia, no que diz respeito ao tempo depreendido entre o pedido, às forças internas e os critérios básicos apresentados em seu *Roadmap*, apesar do povo brasileiro não ter que lidar com questões de interesse internacional como o narcotráfico.

Hoje, ainda, 5 países estão no caminho para a adesão: Argentina, Brasil, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia. Além destes, como já citado anteriormente, o programa de Parceiros-Chave, que será visto no detalhe adiante, conta com o apoio da África do Sul, Brasil, China, Índia e Indonésia, que, apesar de não serem membros e não possuem poder de voz ou voto na organização, participam ativamente de reuniões para elaboração de políticas condizentes com o objetivo da OCDE (OCDE, 2024). Ademais, é primordial notar a cessão do processo de adesão da Rússia em 2022, suspenso desde 2014, à época da eclosão da invasão à Ucrânia. Por fim, não deixa de ser interessante notar que nenhum dos países do BRICS é membro da OCDE.

### 1.3. A relação histórica do Brasil com a OCDE

Tendo em vista a formação histórica, o papel da organização no Sistema Internacional e o entendimento da divisão geográfica atual de seus membros, o cenário macro da problemática está claro. Nesse momento, então, convém analisar especificamente as relações da organização com o Brasil, iniciada em meados de 1990. O Consenso de Washington, reunião internacional para a elaboração de novas bases neoliberais para o sistema financeiro, monetário e comercial após a Segunda Guerra Mundial, dirigido pelos EUA em 1989 alega que as economias da América Latina eram muito fechadas e precisavam de maior abertura para o comércio com o mundo. À essa altura, como já mencionado, é importante notar como esse objetivo é ligado à lógica capitalista, que prega a livre-concorrência dos mercados. Esse foi um incentivo para a adoção de políticas neoliberais na região, mas que não trouxeram resultados tão bons como os esperados, ou seja, a adesão ao regime pelos latino-americanos não foi próspera (FURTADO, 2004 *apud* Yanomini, 2005).

Nesse sentido, a primeira interação relevante entre os dois atores aqui analisados ocorreu em 1996, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, quando o Brasil aderiu ao Comitê do Aço. O país é o maior produtor de aço da América Latina e contribui no comitê ativamente para a troca de informações acerca da produção e comércio mundial de aço, especialmente considerando o excesso de capacidade no mercado global para a indústria siderúrgica. Após isso, em 1997, o Brasil também se tornou membro do Centro de Desenvolvimento e aderiu à Declaração da OCDE sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais, que prevê a criação de um ambiente propício e aberto à investimentos internacionais (OCDE, 2018).

Em 1999, um dos eventos mais importantes dessa relação tomou corpo, ainda sob o governo FHC. Luiz Lampreia, ministro das Relações Exteriores do momento, na ocasião do convite extraordinário à Reunião Ministerial do Conselho da OCDE, faz duras críticas ao sistema. Em seu documento de reporte, ele pontuou diversos tópicos relevantes, mas merecem destaque: a crítica ao protecionismo comercial dos países do centro frente à abertura do sistema financeiro de Bretton Woods; e a necessidade da criação meios de financiamentos mais fortes, dado que a predominância de uma moeda ou um país central nessas dinâmicas fragiliza todo o sistema (LAMPREIA,

1999). Esse evento certamente concedeu atenção ao Brasil não só frente à organização, mas todo o sistema, tendo em vista que, a partir disso, todos os anos fomos convidados a participar de todas as demais Reuniões Ministeriais (OCDE, 2024).

Em 2000, ainda sob o comando de Lampreia no Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Brasil adere à Convenção Antissuborno e a Recomendação do Conselho contra Cartéis (OCDE, 2022). Além disso, no mesmo ano, o país participou da primeira rodada do Programa da OCDE para Avaliação Internacional de Estudantes e passou a ter os dados de seu sistema educacional incluídos no relatório anual do programa desde então. Em todas as rodadas seguintes, o Brasil também foi convidado e, até hoje, possui protagonismo no tema (OCDE, 2018).

Após isso, o Brasil passou alguns anos sem novas relevantes adequações ao sistema da OCDE, mas continuou a ser convidado para as Reuniões Ministeriais. Grande parte desse breve distanciamento se deve à transição para o governo Lula em 2003, deliberadamente mais focado na reconstrução do país, que enfrentava uma crise, e num projeto de cooperação sul-sul (SOUZA, 2007).

Ainda assim, a próxima movimentação da organização para com o Brasil, foi notadamente significativa. Em 2007, o país foi convidado para um “compromisso reforçado” com a OCDE, junto com algumas das maiores economias emergentes, como a África do Sul, China, Índia e Indonésia. Em 2012, a relação com esses países seria ainda mais explorada, quando o programa foi denominado “Parceiros-Chave”. De acordo com informações do site da OCDE, o programa serve para aprimorar sua relação com as atuais economias emergentes ao participarem mais ativamente do trabalho diário da organização, compartilhando perspectivas e abordagens políticas por meio da participação em órgãos, aderência aos instrumentos legais e integração da base de dados e estatísticas da OCDE. Ainda com base no *website*, a organização explicita que os parceiros ficariam, dessa forma, mais próximos da adesão final e, em contrapartida, ela teria espaços diversos para disseminação gradual de suas bases e padrões (OCDE, 2024).

No mesmo ano, o Grupo Interministerial de Trabalho do MRE, criado inicialmente em 2004, foi relançado. O objetivo do grupo é acompanhar e orientar a

atuação brasileira junto a OCDE, por meio de reuniões periódicas que envolvem diversos outros ministérios, órgãos e agências internas do Brasil (BRASIL, 2022).

No ano seguinte, a visita de Celso Amorim, na figura de ministro das Relações Exteriores, à sede da organização, demonstrou leve reaproximação do governo Lula com a OCDE, especialmente após recuperação da economia brasileira. Ainda em 2008, o então Ministro da Fazenda, Guido Mantega também se encontrou com o secretário-geral da organização, Angel Gurría, para discutir seus trabalhos em conjunto com o Brasil. Em 2009, então, Mantega lança a Pesquisa Econômica do Brasil, preparada em conjunto com Gurría (OCDE, 2022).

Nesse momento, a organização começa a emitir algumas opiniões sobre a política econômica do Brasil e causa estranhamento na relação. À altura, Guido Mantega era tido como um ministro de políticas anticíclicas, ou seja, que fomentavam a recuperação econômica por meio do gasto e expansão monetária. Nesse sentido, quando o secretário-geral da OCDE demonstrou que a estratégia baseada no tripé de câmbio flutuante, metas de inflação e responsabilidade fiscal poderia ser prejudicial caso o governo continuasse a gastar muito, prevendo uma arrecadação menor do que o gasto, Mantega se defendeu e garantiu que “tudo estava sob controle no Brasil” (G1, 2009).

O episódio foi especialmente emblemático se levadas em conta as recomendações do próprio FMI, já citado aqui como uma organização comandada majoritariamente pelo capital estadunidense. A cartilha da organização do final dos anos 1980 pregava recomendações econômicas ortodoxas, citando a necessidade de diminuição de gastos em momentos de crise, uma estratégia básica de economias liberais. Isso pode ser funcional para as grandes potências, mas o fato da recuperação do Brasil ter vindo de uma política imediatamente oposta à essa, já demonstra que a recomendação não é aplicável a todos os estados do sistema de forma igualitária (FOLHA, 2009).

Em 2010, não houve grandes aproximações entre o país e a organização, a não ser pelos esforços conjuntos para a promoção da educação no Brasil e do encontro de dois especialistas brasileiros com os representantes da organização na ocasião da Reunião Ministerial. Ademais, sem grande alarde, no mesmo ano, a OCDE aumentou sua previsão anterior de expansão do PIB brasileiro, demonstrando a

eficácia das políticas expansionistas para a realidade específica do país (OGLOBO, 2010).

Já em 2011, as relações se estreitaram com o lançamento do relatório da Avaliação do Sistema de Integridade da Administração Pública Federal Brasileira em outubro, que contou com a visita de Gurría ao país. À época, o secretário proclamou elogios às reformas que vinham sendo feitas no setor de administração interna do país, mas recomendou a implementação de mais mecanismos de auditoria interna e de prestação de contas do governo à população. Ainda neste tema, o Brasil formalizou um pedido de adesão plena ao Comitê de Governança Pública, outro tema de grande peso na organização. No mesmo ano, na ocasião da Reunião Ministerial, o Brasil ganhou um anexo só para si no relatório de conclusão das discussões, tendo o desenvolvimento de sua parceria com a organização detalhado. O país também aderiu a duas declarações que regulam o tema de empresas multinacionais, além de outra no tema de produtos químicos. Algumas outras cooperações também foram desenvolvidas em relação ao tema de crescimento verde. Entretanto, o relatório de conclusão da reunião deixa clara a relutância do Brasil em adentrar ao Comitê de Políticas Ambientais. Por fim, um relatório sobre igualdade de gênero incluiu o Brasil nas análises, como um representante dos países em desenvolvimento, e demonstrou que, apesar de estar em posição privilegiada em relação a demais emergentes, a população brasileira ainda estava longe dos padrões da organização (OCDE, 2011).

O ano de 2012 foi marcado pela criação da nomenclatura de “Parceiros-Chave” ao programa criado em 2007. Com a novidade, um relatório resumo dos comitês aos quais os parceiros já aderiam foi lançado e, em comparação, Brasil e África do Sul aderiam à mesma quantidade, mas o país africano foi caracterizado como mais inclinado a aceitar convites *ad-hoc*. No mesmo ano, um relatório sobre economia mundial mais justa e transparente, focado nas ações do Brasil, também foi publicado. Ainda, na ocasião da conferência ambiental Rio+20, o secretário-geral visitou o Brasil e fez contribuições aos debates (OCDE, 2012).

Em 2013, parlamentares brasileiros começaram a ser convidados a participar da Rede Parlamentar Global da OCDE, como um grupo de estudos legislativos sobre como aderir as melhores práticas para aproximar as decisões da organização às leis internas de um país. No mesmo ano, o Brasil também adere a uma disposição da

organização acerca da evasão fiscal (o primeiro no tema), firmando um compromisso de aprimorar práticas para evitar a dupla tributação. Por fim, muitas menções foram feitas à necessidade de investimento em indústrias de base por parte do Brasil, tendo sido utilizada como bom exemplo até o momento a Embraer, empresa de aviação brasileira (OCDE, 2013).

No ano seguinte, o Brasil adere a Declaração de Troca de Informação Automática entre os países, ainda no tema tributário. No relatório de ações globais da OCDE, o Brasil também ganha uma seção específica, em que o impacto das crises da época e as melhorias pendentes são mencionadas, mas o caminho para uma democracia e economia estáveis é destacado, características citadas como intrínsecas a todos os parceiros emergentes. A posição de “*vice-chair*” rotativo do Brasil em diversos comitês também é mencionada com prazer pela organização. Entretanto, o maior avanço nas relações entre a organização e o Brasil em muito tempo ainda estava por vir, bem neste ano. Aproveitando-se da Copa do Mundo, sediada naquele ano no país do futebol, a OCDE organizou um grande evento de lançamento do Índice Para uma Vida Melhor em português, que ocorreu no auditório da Fundação Getúlio Vargas e contou com a presença de Pelé, na figura de um embaixador” do programa. O índice conta com 11 quesitos a serem aplicados a cada país para mensuração da qualidade de vida de sua população e serve como ferramenta para elaboração de políticas públicas (OCDE, 2014). Na ocasião, o evento foi considerado um grande espetáculo de escancaramento das condições do país no momento, tendo em vista as diversas críticas direcionadas ao governo de Dilma Rousseff na época em razão dos gastos dispendidos com a Copa. Ademais, a própria cerimônia de lançamento teve momentos tensos, considerando que São Paulo enfrentava uma greve metroviária que evidenciaram o descontentamento da população com os governantes e os temas que capturavam sua atenção (BBC, 2014).

Em termos econômicos, ainda, em maio daquele mesmo ano, a organização novamente reduziu suas previsões de crescimento do PIB brasileiro de 2,2% para 1,8% e proferiu algumas recomendações. Nesse sentido, a inflação acima da média foi o que pesou para a estimativa, e uma política monetária apertada, demanda externa desaquecida e as incertezas do cenário político com a chegada das eleições seriam grandes malefícios à atividade econômica. É válido lembrar que as eleições

de 2014 foram marcadas por muitas tensões em torno de questões de corrupções, o que fragilizou muito o cenário interno (G1, 2014).

O ano de 2015 marcou uma aproximação muito importante entre os dois atores analisados nesse trabalho e que levaria, em pouco tempo, à formalização do pedido de adesão do Brasil à organização. Nesse sentido, um Acordo de Cooperação e Programa de Trabalho com a OCDE foi firmado durante a Reunião Ministerial. Apesar de só ter sido ratificado internamente em 2019, esse foi um importante instrumento para aumentar a participação do Brasil nos Comitês. Nas palavras do então ministro das Relações Exteriores, o compromisso estabelecia “um programa de trabalho” que previa cooperação “mais intensa” e, numa análise mais efêmera, demonstrou a disposição do Brasil em se tornar membro e adequar sua legislação interna. Por fim, a então presidente Dilma Roussef recebeu, em novembro, Angel Gurría no Brasil por ocasião do lançamento do Relatório Econômico periódico do país (G1, 2015).

No ano anterior ao pedido formal de adesão a organização, o Acordo de Cooperação e Programa de Trabalho firmado em 2015 levou à formação de uma Declaração Conjunta Sobre o Programa de Trabalho Brasil-OCDE 2016-17 que, dentre outras medidas, relançou o Grupo de Trabalho Interministerial sobre a OCDE. Além disso, a Reunião Ministerial daquele ano inaugurou o Programa Regional da OCDE para a América Latina e o Caribe (PRALC), com o intuito de apoiar os países desta região em sua agenda de reformas através de 4 eixos temáticos: aumentar a produtividade, avançar na inclusão social, fortalecer as instituições e a governança e assegurar a sustentabilidade ambiental. Mais adiante, o Brasil seria convidado a copresidir o programa junto com o México, mas já ganhou papel central desde sua formação. Em 2016, também, os trabalhos foram marcados por avanços no Comitê do Aço, um dos primeiros tópicos de aproximação do país e que sempre ganhou sua atenção (OCDE, 2022).

Ainda em 2016, o movimento de voltar atrás na previsão do PIB brasileiro se repetiu pela organização, aumentando a expectativa de queda de 3,3% para 3,4% e projetando uma estagnação para o ano seguinte. A revisão se deu em decorrência da vitória de Donald Trump nos EUA, que esperavam ser acompanhada de um aquecimento na economia estadunidense e, conseqüente, desaquecimento brasileiro. Em relação ao emprego, ainda, a organização projetou um aumento do desemprego para o ano, prevendo melhoras apenas nos anos seguintes (G1, 2016).

Durante todo o ano de 2016 e 2017, como parte do Programa de Trabalho, as relações entre o Brasil e a OCDE foram estreitadas como nunca, com o país aderindo a diversos comitês e tendo diversos relatórios lançados com análises de sua realidade específica. Esse foi um momento muito importante em toda a história dessa relação, tendo em vista que é nesse momento que o país adere ao grosso das normas básicas aos membros, mesmo que não em sua totalidade. Toda essa histórica relação do Brasil com a OCDE culminou, em maio de 2017, por ocasião da Reunião Ministerial do Conselho, na apresentação de um pedido formal de adesão do Brasil à OCDE, sob o governo de Michel Temer e a administração do MRE por Aloysio Nunes Ferreira (OCDE, 2022).

## CAPÍTULO 2: DA FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO DE ADESÃO A 2022

Ao compreender a relação histórica do Brasil com a OCDE, é necessário, então, aprofundar a análise após a formalização do pedido de adesão plena do país à organização. O Brasil foi, e ainda é, o país não-membro mais próximo e com participação mais ativa nas decisões da organização - e assim classificado por ela mesma, desde a década de 1990 e, ainda mais, após o programa Parceiros-Chave<sup>5</sup> de 2007. Logo, o estreitamento dessa relação não foi surpresa e gerou esperanças de uma adesão plena não demorada.

Contudo, não era esperado, certamente, que isso ocorreria num momento tão delicado da história do país. Nesse sentido, a mídia internacional recebeu com receio a informação de que o Brasil havia formalizado seu pedido de adesão a OCDE pouco tempo depois de um *impeachment* presidencial e o que seria futuramente entendido como um dos momentos de maior ruptura política, econômica e social do país desde a queda da Ditadura Militar.

Por isso, uma vez que a cooperação do país com a organização já foi exposta no capítulo anterior, cabe agora entender a conjuntura brasileira na ocasião. Retirada de seu cargo de presidente em 31 de agosto de 2016 após acusações de uma pedalada fiscal, a representante do Partido dos Trabalhadores, Dilma Roussef foi substituída por seu vice, Michel Temer, filiado ao partido Movimento Democrático Brasileiro. A relação entre ambos esfriou já um pouco antes do início das investigações que levariam à troca presidencial, mas pioraram com o tempo e os desdobramentos, uma vez que Temer tinha inclinações econômicas muito mais voltadas ao liberalismo e expansão do modelo agroexportador, enquanto Dilma seguia padrões já conhecidos em seu partido, carregados desde Lula, que focavam no neodesenvolvimentismo e fortalecimento da indústria nacional (TATEMOTO, 2017). De acordo com Ruy Braga, professor da Universidade de São Paulo:

A sociedade brasileira está passando por um ajuste muito profundo. Ela passa do modelo chamado neodesenvolvimentista - cujo cerne era um regime de acumulação apoiado sobre a exploração do trabalho, ainda que

---

<sup>5</sup> O programa, já citado anteriormente, consiste em uma cooperação mais ativa e próxima com 4 economias emergentes – África do Sul, Brasil, China e Índia -, que já são participantes de comitês chaves.

barato - para o modelo neoliberal - no qual o regime de acumulação se apoia na espoliação (BRAGA, 2017).

Além disso, a própria crise de 2014 pode ser dada como exemplo para corroborar essa mudança. Após o boom das *commodities* em 2010, especialmente com o crescimento da China, o Brasil prosperou no cenário internacional. Entretanto, de 2014 em diante, a prosperidade chinesa desacelerou e o Brasil enfrentou grande recessão. Ao conceder crédito, reduzir os impostos e estimular o consumo, o governo brasileiro causou desalinhamento das políticas internas com o novo cenário internacional, resultando num choque de oferta e demanda e na recessão pública. Com as contas públicas negativas e a qualidade de vida da população decaindo, o descontentamento foi refletido nas eleições seguintes (G1, 2017).

Pelo fato de ter mostrado maiores reflexos na economia, política e sociedade brasileiras exatamente em 2015 e 2016, esse cenário deu força ao discurso de Temer, que ascendeu ao cargo prometendo colocar, ao menos, a economia nos eixos novamente através de políticas exatamente opostas. Por isso, a tentativa de aprofundar as relações do país com a OCDE estavam alinhadas a esse objetivo. À título de exemplo, Temer prometia diminuir o gasto público – o que foi concretizado pela instauração de uma Emenda Constitucional prevendo Teto de Gastos, aumentar arrecadação e aumentar os juros, atraindo mais capital externo. Ele também fez tentativas relevantes de retomar o acordo do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) com a União Europeia, demonstrando o anseio por estabilizar a economia através de políticas neoliberais e maior abertura comercial (NEVES, 2022).

De forma geral, durante seu governo, Temer teve alguns avanços nessas reformas neoliberais, como a própria Reforma Trabalhista, que consistiu na maior alteração já vista à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A mudança alinhou-se com os princípios neoliberais da organização à medida que dificultou negociações empregador-empregado, enfraqueceu sindicatos e aumentou a terceirização, com a promessa não concretizada de diminuir o desemprego (SOBRINHO, 2020). Ademais, a cooperação sul-sul que vinha sendo foco nos governos petistas foi pragmatizada pelo presidente, que delineou um caráter muito mais econômico nas relações com a Ásia e África, independentemente do alinhamento político e ideológico. No âmbito do MERCOSUL, como já adiantado, é que Temer busca colocar o Brasil como

protagonista, com inúmeras declarações de que sua intenção final era retomar e aprofundar o objetivo do bloco: difundir o livre comércio e o modelo político de democracia liberal. Como grande exemplo disso, além do resgate das negociações com a União Europeia, está o fato do Brasil ter sido o primeiro país a reclamar a suspensão da Venezuela do bloco, quando Nicolás Maduro reascendeu ao poder (SOBRINHO; FILHO, 2018).

Uma vez que deixou claro os parâmetros da política econômica a ser explorada, em 29 de maio de 2017, aproveitando-se do fato de que a Reunião Ministerial do Conselho ocorreria apenas uma semana depois, o governo do Brasil realiza um pedido formal para tornar-se membro da OCDE, na figura dos ministros das relações exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e da fazenda, Henrique Meirelles. Após consultar o Grupo de Trabalho Interministerial e diversos outros ministérios do país, o então presidente Michel Temer entendeu que a formalização devia ser levada à frente. O pedido ocorreu por meio do envio de uma correspondência oficial ao secretário Gurría, documento em que os ministros assinalaram que “aceder à Organização seria não somente um passo natural na nossa frutífera cooperação, mas também uma ferramenta instrumental nas reformas que nosso país está conduzindo” (COZENDEY, 2017). Mais uma vez, é interessante notar a importância de ter os objetivos internos em harmonia com aqueles da organização no processo de acesso, sendo as reformas neoliberais de Temer grande impulsionadoras da relação.

Entretanto, é importante ressaltar que, mesmo após o pedido formal, o caminho até os dias atuais, em que o Brasil ainda não é membro pleno da organização, teve muitos desdobramentos. Nessa perspectiva, o próprio passo-a-passo para a adesão plena conta com oito etapas, como já mencionado anteriormente, deve ser observado e é detalhado a seguir. Eles são: (i) início de negociações por meio de convite proveniente da OCDE ou pedido de candidatura à OCDE; (ii) lançamento do guia “*Accession Roadmap*”, com os termos para adesão, específicos para cada país; (iii) apresentação de um “Memorando Inicial” do país-candidato com seu posicionamento acerca dos instrumentos legais da OCDE, isto é, se já é aderente, está em vias de ser aderente, não está em vias ou encontra dificuldades; (iv) submissão a revisões técnicas pela OCDE e encontros com representantes do país-candidato; (v) decisão final da adesão ou não, por unanimidade, pelo Conselho da OCDE; (vi) assinatura do Acordo de Adesão à Convenção da OCDE; (vii) aprovação pelo Congresso Nacional

do candidato e ratificação do Acordo; e (viii) depósito do Acordo de Adesão. Apesar de não estarem descritos neste nível de detalhe na Convenção da OCDE, compõem a base legal exigida pela organização em diversos documentos e casos passados (OCDE, 1961).

Entre a primeira e a segunda etapa, 5 anos se passaram. Isso significa que a OCDE só lançou o *“Roadmap for the OECD Accession Process of Brazil”* em 2022, muito tempo depois do esperado pela comissão brasileira. Ao longo desse capítulo, será possível compreender que isso ocorreu em decorrência de impasses internos ao Brasil e outros específicos da organização e seus membros, em especial os EUA. Nesse ínterim, alguns acontecimentos merecem ser destacados, especialmente no que diz respeito à adequação aos padrões básicos da OCDE e sua inclinação em aprovar o pedido brasileiro a depender da situação interna.

De acordo com Chahad e Santos (2018), até julho de 2018, o Brasil já participava de 37 dos 240 instrumentos legais da OCDE e solicitava a adesão a outros 74. Ainda assim, a organização teria feito, ao menos, 237 recomendações de adequação de normas e procedimentos, além dos 25 comitês dos quais o país já era observador. Segundo o Itamaraty, até então, o Brasil só havia encontrado dificuldades para aderir a aproximadamente 10% dessas recomendações, em decorrência de conflitos com legislação interna.

Nesse momento, é necessário pontuar a dificuldade de medição da proximidade ou distância do país para a organização por meio dos instrumentos legais. A quantidade de instrumentos jurídicos da OCDE aumenta constantemente e não é fixa no tempo. Por isso, mesmo que o país seja aderente às existentes em certo momento da história, novas são criadas. Mesmo que o número fosse fixo, existe grande variação de opiniões no que diz respeito à aderência plena a eles, tendo em vista que alguns estudiosos já dão por concluído um processo que foi apenas assinado e outros apenas o considera finalizado quando da ratificação interna por todo o corpo político aplicável.

Atualmente, o próprio portal da OCDE é uma das fontes mais confiáveis de conferência da quantidade de instrumentos legais e os assuntos sobre os quais eles versam. Ele mostra que, até o momento de conclusão desse trabalho, a organização possui 274 instrumentos legais em vigência. Já para a verificação da aderência

brasileira a eles, o Portal da Indústria, mantido pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), lançou um painel de acompanhamento em 2017. Ele mostra, por tema e por ano de adesão, o nível de convergência do Brasil com a organização. Apesar de sua última atualização ter sido em julho de 2023, ele mostrava que o país era aderente a 119 dos, até então, 272 instrumentos legais da organização. Isso prova que o governo brasileiro estaria 44% alinhado com os requisitos básicos da organização, colocando-o como o país candidato mais próximo da adesão<sup>6</sup>.

Apesar da existência destes dois portais, a presente monografia pretenderá transcrever puramente o discurso e percepções dos estudiosos ou representantes do governo quanto à quantidade de instrumentos legais da organização e a quantidade aderida pelo Brasil. Entende-se que cada opinião e percepção aqui transcrita sobre o assunto pode estar enviesada de acordo com o objetivo de cada ator, não sendo aplicável uma verificação comprobatória sobre os números considerados corretos pela OCDE ou pelo país, como as fontes mais confiáveis. Por essas divergências de entendimento e disponibilidade de informação, o intuito deste trabalho não é prolongar-se na congruência técnica entre o país e a organização, e sim nas forças políticas, sociais, diplomáticas e ideológicas que influenciam na relação.

Por isso, enquanto busca adaptar a legislação interna em termos técnicos, o Brasil vem atuando em termos diplomáticos. Em fevereiro de 2018, as atenções do país foram destinadas a OCDE com a visita do secretário-geral Gurría para o lançamento da nova edição do “*Economic Survey*”<sup>7</sup>, uma pesquisa econômica lançada a cada 2 anos sobre o Brasil. O documento foi o primeiro da série divulgado após o envio da carta do pedido de adesão, mas não mencionou o fato. Dessa forma, como nas outras edições, passadas e futuras, o *Economic Survey* de 2018 fez uma análise profunda do cenário vigente do país – diagnosticando e propondo as

---

<sup>6</sup> O painel ainda mostra as estatísticas dos outros países candidatos à membresia. Nesse sentido, o Brasil seria seguido da Romênia, que teria aderido a 28% dos instrumentos legais, da Bulgária, com 22%, Argentina com 21% de adesão, Peru com 19% e, por fim, Croácia com apenas 16% de alinhamento aos requisitos.

<sup>7</sup> O *Economic Survey* lançado em 2018, bem como os anteriores e posteriores podem ser encontrados no link [https://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-surveys-brazil-2018\\_eco\\_surveys-bra2018-en](https://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-surveys-brazil-2018_eco_surveys-bra2018-en). Como explicitado pela OCDE, essa é uma pesquisa econômica lançada para países membros e próximos à OCDE com recomendações específicas, estudos detalhados, comparações gráficas e comentários explícitos sobre os desafios econômicos que a organização enxerga no local e suas pontuações de melhora. Em alguns anos, os governos aproveitam a ocasião de uma visita do Secretário-Geral para fazer do lançamento da pesquisa um grande evento.

alterações neste momento já rotineiras ao país, comparando-o com as médias de indicadores dos países membros da OCDE e apresentando recomendações específicas de mudança que, pouco tempo depois, seriam vistas na economia do país. Temer fez questão de destinar, logo em seguida, uma comissão de diplomatas à Paris para manter e acentuar as aproximações, dentre os quais o embaixador Carlos Márcio Cozendey coordenava (DINIZ, 2018).

Em resumo, avanços em termos da formalização do pedido, tentativa de adaptação interna, encomenda de estudos e destinação de profissionais ao tema marcaram a relação do Brasil com a OCDE no ano e meio governado pelo Temer. Apesar de compreender a demora burocrática e as exigências técnicas do processo, a comissão do ex-presidente ainda tinha esperanças de uma rápida adesão. Entretanto, Chahad e Santos (2018) mostram que receios à essa entrada já eram pontuados pelos EUA, na época governado pelo líder declaradamente simpatizante à ideologia política de direita, Donald Trump. Em seu artigo, os autores mencionam que Trump estaria receoso com a análise do pedido de adesão de outros seis países - na época, Argentina, Bulgária, Colômbia, Croácia, Romênia, Peru - que estavam na fila, o que poderia atrapalhar o funcionamento da organização. Por isso, ele demonstrava ter como preferência a análises do pedido vindo da Argentina, que o fez um ano antes do que o Brasil. Entretanto, o que viria a ser o mais relevante motivo de relutância era a necessidade de aguardar as eleições presidenciais que ocorreriam em 2018.

À época, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad concorriam ao posto numa das mais disputadas eleições do país. Motivado pelo descontento da população com a crise econômica já mencionada e o *impeachment* da presidente Dilma, Bolsonaro se colocou como um líder oposto, que viria acabar com um ciclo petista na história política e econômica do Brasil. Com falas marcantes, ideias peculiares e posicionamentos socialmente conservadores e economicamente liberais, ele conseguiu vencer Haddad que, apesar de mais polido e embasado, ainda carregava o peso de ser filiado ao partido associado a crimes fiscais e ao afundamento do Brasil em crises.

Apoiador de Bolsonaro durante as campanhas por seus posicionamentos semelhantes<sup>8</sup>, era esperado pela comissão do presidente que Trump, então, facilitasse ou, ao menos, demonstrasse maior apoio à candidatura de adesão do Brasil a OCDE. Como mencionado no capítulo anterior, os EUA são historicamente grandes *players* do sistema internacional e de organizações internacionais. Logo, o apoio da maior economia do mundo seria muito benéfico ao Brasil.

Pouco tempo depois de assumir o Executivo brasileiro, em março de 2019, Bolsonaro visita Trump nos EUA para alinharem seus objetivos. Na ocasião, Trump haveria mencionado que apoiava os esforços brasileiros para a entrada na OCDE, condicionando este apoio à retirada da autodeclaração do Brasil como país emergente frente à Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse fato causou grande alvoroço entre estudiosos e a mídia nacionais e trouxe importância e conhecimento público à temática da adesão brasileira à OCDE. Na prática, autodeclarar-se país emergente frente à OMC garantia ao Brasil algumas concessões, como maior prazo para implementar acordos internamente e maior margem tributária para proteção de produtos nacionais (BBC, 2020).

Além disso, outra condição ao apoio era a retirada da imposição aos estadunidenses de visto para entrarem no Brasil, decisão hoje já revogada e nunca retribuída pelos EUA. Bolsonaro, grande entusiasta e admirador do ex-presidente estadunidense e líder do movimento de direita no Brasil, se inclinou aos anseios de Trump em detrimento dos interesses nacionais em diversas ocasiões durante seu governo, rendendo-se a um alinhamento automático com os EUA, não respeitando os princípios de reciprocidade de tratamento entre os países<sup>9</sup> (VEJA, 2019).

Em junho do mesmo ano, por ocasião da Reunião do G20, fórum de caráter consultivo do grupo das 20 economias mais fortes do mundo, Bolsonaro se encontrou

---

<sup>8</sup> Pouco tempo depois, comprovou-se que, na verdade, Jair Bolsonaro era mais apoiador de Trump do que o contrário. Como explica Castro (2023), o brasileiro tinha ações que beiravam a subserviência a Trump, inclusive declarando amá-lo em algumas ocasiões. Em contrapartida, o estadunidense reconhecia essa submissão e se aproveitou dela em diversos momentos para ganhos próprios, como o apoio em sua reeleição e a imposição de tarifas comerciais ao Brasil.

<sup>9</sup> Pouco tempo depois, Rodrigo Maia, então presidente da Câmara dos Deputados, demonstraria incômodo ao declarar que “o Brasil estava fazendo muitas concessões aos americanos sem receber nada em troca”. No mesmo artigo, outros especialistas entrevistados pontuam que a “amizade” entre Trump e Bolsonaro parecia “desigual” (BBC, 2020).

pessoalmente com Angel Gurría para discutir os próximos passos da relação e compartilhou o registro em suas redes sociais. Ainda, Donald Trump, Jair Bolsonaro, Angel Gurría e o então presidente de orientação de direita do Chile, Sebastian Piñera, foram vistos conversando em imagem divulgada nas redes sociais oficiais do Chile na OCDE poucos dias depois, conforme abaixo:

**Figura 3:** Encontro dos então líderes brasileiro, estadunidense, chileno e o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría.



FONTE: *Chile en OECD*, via Instagram, 2019.

Legenda: da esquerda para a direita, Angel Gurría, Sebastian Piñera, Jair Bolsonaro, um tradutor e Donald Trump conversando no intervalo das sessões durante reunião do G20 no final de junho de 2019. A imagem foi publicada poucos dias depois pelo Instagram do governo chileno dedicado à disseminação de informação da OCDE e curtido pela página oficial da organização na rede social.

Poucos meses depois, entretanto, a onda de esperança se tornaria polêmica mundo afora. A agência de notícias estadunidense Bloomberg divulgou, em 10 de outubro de 2019, uma carta interceptada encaminhada pelo então secretário de estado dos EUA, Mike Pompeo, a Angel Gurría. No documento, datado de 28 de agosto de 2019, o representante estadunidense afirma que seu país irá apoiar apenas o ingresso da Argentina e Romênia na organização, ou seja, formalmente deixando em segundo plano o ingresso brasileiro. Essa preferência, de acordo com Pompeo, seria devido aos “esforços de reforma econômica e o compromisso com o livre

mercado” (BLOOMBERG, 2019) desses países, além do fato de terem protocolado pedidos de adesão prévios ao Brasil. Em adição, ele pontua que “Os Estados Unidos continuam a preferir a ampliação a um ritmo mais lento levando em consideração a necessidade de pressionar pelo planejamento de governança e sucessão” (BLOOMBERG, 2019).

É curioso notar que o artigo corrobora a tese já colocada, exatamente um ano antes, pelos autores mencionados aqui, Chahad e Santos. Com a desculpa da preferência por focar numa reorganização interna antes da abertura para mais membros, Trump bloqueava o Brasil e demais países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, endossava o apoio a dois países que passavam por eleições que poderiam redefinir os rumos econômicos ou que não representariam uma voz muito dissonante na organização, como a Argentina e a Romênia que, ainda hoje, não completaram o processo de adesão e estão, em termos técnicos, mais distantes do Brasil para alcançar os requisitos mínimos de entrada. Pautar a ampliação lenta de uma organização que reforça as bases históricas sob a qual a estrutura interna produtiva de potências foi consolidada e é, hoje, aprofundada, ao mesmo tempo em que usa desse mesmo fórum para pregar a abertura plena e acelerada de mercados emergentes – que não possuem sua estrutura interna de produção consolidada – é um movimento divergente e calculado para benefício próprio.

A notícia foi recebida com surpresa por alguns representantes do governo brasileiro, especialmente aqueles alinhados aos objetivos do governo Bolsonaro, que depositavam muita esperança no apoio estadunidense. O próprio presidente, em maio do mesmo ano, por ocasião da Reunião Ministerial daquele ano, havia compartilhado em seus canais de comunicação que o Brasil contava com o apoio dos estadunidenses. Pouco tempo depois da divulgação do artigo, Donald Trump recorreu à rede social X para desmentir a informação e reforçar o apoio à candidatura brasileira declarado em março do mesmo ano.

**Figura 4:** Publicação de Donald Trump negando alegações e reafirmando apoio à entrada do Brasil na OCDE.



Fonte: Donald Trump via X, 2019.

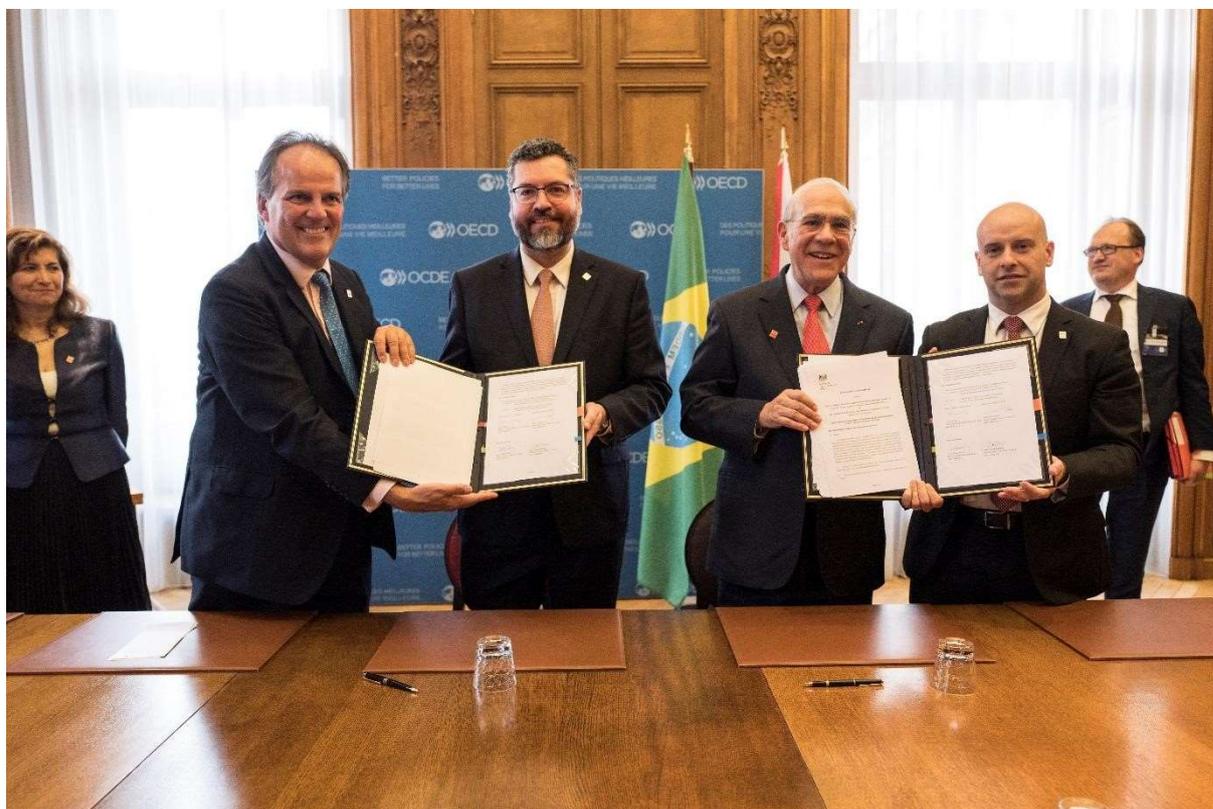
*Legenda:* em postagem feita no dia 10 de outubro de 2019 na rede social X (antigo Twitter), o ex-presidente dos EUA Donald Trump referencia o artigo publicado pela agência Bloomberg e o classifica como falso, endossando apoio à candidatura do Brasil à OCDE e ao então presidente Jair Bolsonaro.

Em seu artigo publicado na Veja em 2019, os jornalistas Denise Chrispim Marin e Vinícius Novelli explicam, ainda, que países como Bulgária e Croácia também foram deixados de lado na declaração formal de apoio, assim como o Peru. Logo, endossar a candidatura brasileira colocaria os EUA contra a Europa. Eles mencionam, por fim, que funcionários seletos do Itamaraty e avessos às políticas bolsonaristas nunca confiaram plenamente no apoio prestado por Trump na frente das mídias e supostamente na intimidade com Bolsonaro, agindo quase como um encantador dando falsas esperanças, mas não alterando o curso real dos fatos.

Mesmo com as polêmicas e tensões com os EUA, o ano de 2019 foi benéfico ao Brasil, por outro lado, ao receber apoio do governo do Reino Unido. Em maio, por ocasião da Reunião Ministerial daquele ano, os britânicos e brasileiros, à luz de sua cooperação bilateral já existente pelo Comitê Conjunto de Economia e Comércio assinaram, por intermédio da OCDE, um *Memorandum of Understanding* (MoU). O

MoU, no âmbito das Relações Internacionais, é um mecanismo para formalizar expectativas de acordos para regulamentação da competitividade e cooperação no comércio internacional, multilaterais ou bilaterais. Nesse sentido, a OCDE intermediou e foi a guardiã do acordo, por concordância de todos os lados, como já ocorre na OMC, por exemplo (OCDE, 2019). Na prática, o *MoU* discorria sobre temas como o apoio a empresas brasileiras no exterior, melhoria na eficiência de portos, propriedade intelectual e regulação e, por fim, o apoio do ingresso do Brasil na OCDE, frente ela mesma (BRASIL, 2019).

**Figura 5:** Representantes do Brasil, Reino Unido e OCDE assinam Memorando de Entendimento.



Fonte: Getty Images, 2019.

*Legenda: Brasil e Reino Unido assinam acordo intermediado pela OCDE, em que deixam evidentes ações práticas em prol da adaptação e liberalização econômica do Brasil. Da esquerda para a direita, Mark Field, ministro do Estado do Escritório da Commonwealth de Relações Internacionais, Ernesto Araújo, então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Angel Gurría e Marcelo Guarany, então vice-Ministro da Economia do Brasil.*

Em junho do mesmo ano, na festa organizada pelo Brasil para celebrar o aniversário da Rainha Elizabeth II em Brasília, o embaixador britânico no Brasil, Vijay

Rangarajan, em seu discurso, proferiu que “O Reino Unido apoia veementemente a entrada do Brasil na OCDE. Esse é um progresso internacional de grande importância, especialmente neste momento, em que instituições multilaterais tem sido cada vez mais desafiadoras” (QUEIROZ, 2019). Vale destacar, nesse momento, que o apoio do Reino Unido vem num momento muito oportuno, uma vez que, poucos meses depois, a saída do país da União Europeia seria concretizada e a necessidade de buscar parceiros em outros âmbitos, tanto bilaterais como multilaterais, é evidenciada.

Para fechar o ano de 2019, é importante mencionar a concretização da Reforma Previdenciária como um dos grandes tópicos de congruência interna com os padrões da OCDE. Criada para aumentar a arrecadação fiscal do governo, reduzir fraudes e equilibrar o pagamento de pensões e aposentadorias, a nova determinação aumentou os anos necessários de contribuição à seguridade social e restringiu as possibilidades dos pedidos de recebimento do benefício (CNN, 2022).

Para a análise dos acontecimentos de 2020, é importante notar que a pandemia da COVID-19 influenciou fortemente a economia dos países e desacelerou negociações político-diplomáticas por todo o mundo. Entretanto, é notório que o Brasil continuou a tomar atitudes políticas em prol da liberalização econômica. O *Global Trade Alert* (2020), organização independente de monitoramento de políticas econômicas a nível do comércio mundial, chegou a classificar as intervenções de caráter liberalizante do Brasil como as mais significativas (em quantidade) entre todas as economias do G20.

Além disso, logo no início do ano, a BBC News publicou um artigo informando que os EUA haviam voltado atrás e, agora, pleiteavam apoio à adesão brasileira frente à argentina. Por coincidência, as eleições argentinas do ano anterior haviam concretizado Alberto Fernández como presidente, sendo representante do partido que conta com Juan Domingos Péron – líder da ditadura peronista – como seu fundador, com grande ligação à classe trabalhadoras e sindicatos. No mesmo artigo, Rodrigo Maia, então presidente da Câmara dos Deputados, é citado como crítico do alinhamento automático aos EUA, tendo dito pouco tempo antes que o Brasil estava fazendo concessões demais aos estadunidenses sem receber nada em troca. Em relação à adaptação aos instrumentos legais, Carlos Cozende, o recém nomeado

embaixador do Brasil para a OCDE, ainda pontou que o país já aderira a 30% deles, o que significava 80 dos 253. Ao final do ano, todavia, no reporte anual “Trabalhando com o Brasil” lançado em dezembro de 2020, que cobre os principais acontecimentos e índices perpassados, a organização coloca que o Brasil aplicava 40% de seus instrumentos *acquis*. Novamente, é necessário lembrar a falta de consenso sobre o que configura os instrumentos legais da organização e a etapa jurídica em que são considerados internalizados. Entretanto, as declarações do embaixador demonstrariam que, em menos de um ano e levando em conta a pandemia, o país conseguiu subir em 10% seu nível de coesão com a OCDE.

Por isso, no mesmo reporte lançado em dezembro, a nota inicial de Angel Gurría pontua que o Brasil vinha se recuperando bem de uma “longa recessão” quando a pandemia chegou, levando o país a uma nova previsão de declínio. Segundo ele, o espaço fiscal limitado ocasionado pelo aumento da dívida pública deveria ser corrigido com a Reforma Previdenciária e futuro gasto governamental consciente. Além destas, outras recomendações usuais da OCDE para o Brasil ainda são citadas, como: maior exploração da economia verde (ou crescimento verde), abertura para investimento externo, políticas de igualdade de gênero e maior investimento em infraestrutura.

O compromisso da gestão Bolsonaro com essas medidas (ou pelo menos parte delas) fica evidente mais uma vez em outubro do mesmo ano. Na Reunião Ministerial, ocorrida um pouco mais tarde que o normal em decorrência da pandemia, Ernesto Araújo teve a chance de se pronunciar frente o Conselho. Na transcrição de parte de sua fala abaixo, é possível perceber como o alinhamento interno é crucial para formar a imagem do país no fórum internacional, tendo em vista a grande ruptura política, econômica e social da época, já citada aqui anteriormente:

Queremos que o novo papel do Brasil no mundo corresponda à profunda transformação que o Presidente Jair Bolsonaro e seu governo estão promovendo no país para superar um sistema de compadrio político baseado em uma economia fechada e centrada no Estado e substituí-lo por uma democracia realmente centrada no povo, para combater a corrupção, para promover as liberdades civis, para combater a ameaça crescente do crime organizado, para abrir a economia para o mundo e permitir que uma economia de mercado real prospere domesticamente por meio de um programa de reformas muito ambicioso e sem precedentes, com estrita responsabilidade fiscal, para promover o desenvolvimento sustentável com a criação de empregos verdes como a única forma de preservar recursos naturais (BRASIL, 2020).

O ano de 2021 foi marcado por ainda mais mudanças em todo o cenário. Para começar, a eleição de Joe Biden, do partido democrata, como presidente dos EUA diminuiu as esperanças da gestão Bolsonaro de um alinhamento automático e apoio inerente a acessão à OCDE. Isso ficou ainda mais evidente quando, em março, o Brasil se reuniu com o Enviado Especial dos EUA para o Clima, John Kerry, e solicitou que qualquer pedido de cooperação em relação a Amazônia fosse condicionado ao auxílio monetário por parte dos estadunidenses. Esse fato resultou, então, poucas semanas depois, numa carta enviada pela *Human Rights Watch*<sup>10</sup> ao governo de Biden. No documento, a organização apelava ao presidente estadunidense para que, em contrapartida, todo e qualquer apoio à entrada no Brasil na OCDE fosse condicionado à resultados efetivos na preservação da floresta no país, isto é, a diminuição efetiva do desmatamento e fiscalização contra crimes ambientais. A carta ainda pontuava que os estadunidenses deveriam tratar do assunto diretamente com governadores dos estados que cobrem a Amazônia Legal, tendo em vista que o governo nacional teria “sabotado as agências ambientais do país [...], procurando enfraquecer os direitos dos povos indígenas que desempenham um papel vital na preservação da floresta” (CHADE, 2021).

É importante mencionar, ainda, que os assuntos da Amazônia e OCDE se relacionam especialmente pelo que é pontuado ao final da carta, quando a *Human Rights Watch* menciona que, dentre os temas de interesse mútuo que deveriam ser alvo de imposição de condições por parte dos EUA, estava a OCDE, “que exige aos membros em potencial que demonstrem compromisso, entre outros, com uma sociedade democrática baseada nos direitos humanos e no Estado de Direito” (CHADE, 2021).

Em junho de 2021, ainda, além da grande mudança na relação do Brasil com a maior potência mundial e maior *player* das instituições internacionais, houve troca do secretário geral da OCDE. Com a saída do mexicano Angel Gurría após 15 anos no cargo, houve a entrada de Mathias Cormann, diplomata belga-australiano e ex-ocupante de cargos políticos em nome do Partido Liberal (BRASIL, 2021).

---

<sup>10</sup> Atualmente, a *Human Rights Watch* é uma das maiores organizações não-governamentais do mundo, agindo como referência global na proteção dos direitos humanos em todas as suas faces (política, econômica, social e ambiental) e na denúncia da violação destes.

Já em outubro, a Reunião Ministerial do Conselho daquele ano trouxe avanços muito significativos na acessão do Brasil e de outros candidatos à OCDE. Apesar de ser considerado mais cauteloso que Gurría – que havia destacado a possibilidade de adesão do Brasil ainda em 2017 quando formalizou o pedido, Cormann deixou público um plano de abrir negociações para adesão dos 6 países que, até então, aguardavam na fila. Isso implicaria em abrir espaço entre os tópicos de interesse da OCDE para incluir as negociações com a Argentina, Brasil, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia ao mesmo tempo. Além de não proferir comentários adicionais ao assunto e deixar claro que aguardaria o consenso de membros suficientes para isso, o plano não concretizaria de automático as adesões, mas colocaria as candidaturas efetivamente no caminho legal e oficial do processo. O plano de adesão simultânea já era defendido pela União Europeia há aproximadamente dois anos, especialmente por seu interesse em pleitear todos os países europeus de uma vez. Entretanto, a comissão de Trump, como já mencionado anteriormente, fazia frente a essa ideia e trabalhava de perto com Gurría, questionando se a expansão deveria ser concretizada e proferindo que isso dificultaria a tomada de decisões na organização (BBC, 2021).

Com a troca do executivo dos EUA e a entrada de uma comissão mais inclusiva, então, a ideia pareceu possível novamente. Com a declaração de Antony Blinken, então secretário de Estado estadunidense, sobre os EUA estarem engajados em ver o crescimento mais forte da OCDE, as esperanças ressurgiram. Em adição a isso, o fato do Brasil ser o requerente a aderir mais instrumentos legais também reascendeu as expectativas. Na época, todavia, diplomatas brasileiros entrevistados pela *BBC News* chegaram a expressar que, mesmo com esse avanço, ainda estaríamos longe de um resultado, especialmente pelo fato de os estadunidenses e do próprio secretário-geral não terem explicitado como gostariam de ver o tal avanço de maneira prática e pela magnitude do projeto (BBC, 2021).

Mesmo assim, o ano de 2022 provaria que o caminho entre o Brasil e a OCDE estava, de fato, mais curto. No dia 25 de janeiro, Cormann colocou seu plano em prática e um dos maiores feitos na relação do país com a organização ocorreu: por unanimidade, o Conselho aceitou abrir discussões para a candidatura do Brasil, bem como dos outros cinco países prometidos. Após anunciar que esse fato resultaria no lançamento de *Roadmaps* individuais para cada candidato, necessidade de

adaptação legal interna e revisão pelos comitês técnicos da organização, a nota oficial ainda trouxe a fala do Secretário, que citou que

Os membros da OCDE confirmaram, hoje, que a OCDE é uma organização aberta, globalmente relevante e evolutiva. A membresia a OCDE permanece o meio mais direto e efetivo de garantir a adoção e disseminação de nossos valores, princípios e padrões mútuos pelo mundo (OCDE, 2022, tradução própria).

Neste momento, o Brasil já aderiu a 103 dos instrumentos legais da OCDE, de acordo com a nota oficial de anúncio publicada pelo governo federal. Cabe, ainda, lembrar, que o Brasil já era o país candidato e o Parceiro-Chave com maior vantagem no que diz respeito à adequação técnica. O plano, após o anúncio, era acelerar ainda mais a aderência, com previsão de conclusão entre 3 e 5 meses, para que a finalização do processo ocorresse ainda na gestão Bolsonaro (BRASIL, 2022). Entretanto, esses são processos muito demorados e que envolvem vasta burocracia interna, além da disposição da própria organização para arranjar suas verificações.

Desta forma, o *Roadmap* foi finalmente lançado em 10 de junho de 2022 na Reunião Ministerial do Conselho e, além de detalhar os passos necessários à adesão já explicitados nesse trabalho, pontua as políticas específicas que o Brasil deve ter para que esteja apto a se tornar membro. Em resumo, a organização cita os tópicos que gostaria que o Brasil apresentasse um *match*, ou seja, uma prova ou equivalente de instrumento legal interno para mostrar que está sendo cumprido. Um breve resumo dos tópicos de recomendação apresentados pelo documento pode ser encontrado no quadro abaixo.

**Quadro 1:** Resumo das Recomendações feitas pela OCDE ao Brasil.

<b>Tópico de Recomendação</b>	<b>Resumo das Recomendações</b>
<b>Comitê de Investimento e Conduta Empresarial Responsável</b>	Promover um regime de investimentos aberto, transparente e alinhado aos princípios do Código de Liberalização, com foco na não discriminação e promoção de negócios responsáveis de longo prazo.
<b>Grupo de Trabalho sobre Suborno em Transações Comerciais Internacionais</b>	Fortalecer o combate à corrupção, criar e cumprir com mecanismos de prevenção e penalidade, além de seus instrumentos de contabilidade e auditoria condizentes.
<b>Comitê de Governança Corporativa</b>	Reforçar a governança empresarial e delinear as funções do governo de acordo para proteger os direitos dos acionistas, melhorar a transparência e garantir que as empresas estatais operem de forma competitiva.

<b>Comitê de Mercados Financeiros</b>	O Brasil deve garantir um sistema financeiro eficiente e aberto entre fronteiras, garantindo sustentabilidade financeira frente a digitalização das finanças e gerenciamento do débito público, além de proteger o consumidor no lado da demanda.
<b>Comitê de Seguros e Pensões Privadas</b>	Recomendam-se mercados de seguros resilientes e regulados, que ofereçam proteção aos segurados e aos investimentos frente ao envelhecimento populacional, sustentabilidade e digitalização. Além disso, relaxar restrições fronteiriças e garantir o acesso do lado da demanda.
<b>Comitê de Concorrência</b>	O Brasil deve aplicar leis de concorrência eficazes - inclusive no que diz respeito a sanções e instituições, revisando políticas públicas para minimizar efeitos anticompetitivos e promover a cooperação internacional sobre o tema.
<b>Comitê de Assuntos Fiscais</b>	Assegurar a eliminação da dupla tributação, adotar diretrizes de preços de transferência e combater a erosão da base tributária, prevenindo crimes tributários e compartilhando dados com a OCDE. Ademais, assegurar os desafios tributários associados a economia digital e reduzir incertezas e riscos de tributação desnecessária ou errônea.
<b>Comitê de Política Ambiental</b>	O Brasil deve adotar estratégias ambientais e climáticas robustas de médio e longo prazo, com foco em atingir emissões líquidas zero até 2050 e proteger a biodiversidade, punindo responsáveis. Em adição, trabalhar para reverter e impedir a perda ambiental e propor campanhas de conscientização engajando toda a comunidade civil. Ademais, recomendações específicas para cada âmbito da biodiversidade são feitas nessa linha ao longo desta seção.
<b>Comitê de Produtos Químicos e Biotecnologia</b>	Implementar sistemas de gestão e compartilhamento de produtos químicos alinhados aos padrões dos instrumentos da OCDE, promovendo segurança ambiental e humana e prevenindo a poluição.
<b>Comitê de Governança Pública</b>	Garantir e aprimorar um sistema público coerente com seus instrumentos legais, administrativos e institucionais por meio da integridade, coerência, transparência e responsabilidade. Isso inclui maior abertura de processos e orçamento, garantindo participação, reconhecimento e inclusão de todas as classes.
<b>Comitê de Orçamento Oficial</b>	Desenvolver a capacidade de desenho orçamentário do governo, destinando os valores de forma responsável e engajando a sociedade civil a tomar conhecimento disso.
<b>Comitê de Políticas Regulatórias</b>	Comprometer-se com práticas regulatórias eficazes, assegurando leis claras, justificadas e aplicáveis, com participação pública e transparência.

<b>Comitê de Política de Desenvolvimento Regional</b>	A OCDE recomenda políticas de desenvolvimento regional que reduzam disparidades e promovam coesão territorial com estratégias urbanas e rurais adequadas e uso inteligente de dados.
<b>Comitê de Estatística e Políticas Estatísticas</b>	Ter um sistema interno de provisão de informações - inclusive para elaboração de diagnósticos da OCDE - efetivo, independente e inovador, garantindo a constante melhoria do tratamento e uso de dados.
<b>Comitê de Revisão de Desenvolvimento Econômico</b>	Garantir políticas públicas efetivas visando a melhora constante da economia e nas instituições que a garantem.
<b>Comitê de Educação</b>	Melhorar a qualidade da educação e promover igualdade de acesso para todos, incentivando o desenvolvimento de habilidades para o futuro e engajando stakeholders no desenvolvimento e implementação destas políticas.
<b>Comitê de Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais</b>	Aconselha-se a adoção de políticas de emprego inclusivas, focadas em promover igualdade de oportunidades - inclusive no que diz respeito à imigração e pessoas não educadas no sistema, reduzir a informalidade e proteger grupos vulneráveis de discriminação, garantindo prosperidade.
<b>Comitê de Saúde</b>	Melhorar as políticas para garantir um sistema de saúde resiliente, acessível e sustentável, com foco na prevenção e resposta a crises de saúde. Ademais, garantir uso responsável de dados para pesquisa e elaboração de políticas públicas e envolver diferentes stakeholders.
<b>Comitê de Comércio, e Grupo de Trabalho sobre Exportação e Garantias de Crédito</b>	Recomenda-se manter políticas comerciais abertas e transparentes, promovendo o acesso ao mercado - especialmente de agricultura - e a proteção dos direitos de propriedade intelectual.
<b>Comitê de Agricultura</b>	Adotar políticas agrícolas sustentáveis e transparentes, promovendo o uso eficiente de recursos naturais e a resiliência dos sistemas alimentares e fortalecendo os mercados doméstico e multilateral.
<b>Comitê de Pesca</b>	O Brasil deve adotar práticas sustentáveis de gestão pesqueira e de aquicultura, com foco na prevenção da pesca ilegal e na conservação dos recursos marinhos, protegendo também os stakeholders do ramo e sua capacidade de pesquisa.
<b>Comitê de Política Científica e Tecnológica</b>	A OCDE recomenda fortalecer a governança de políticas de apoio a ciência e tecnologia, promovendo a cooperação internacional - entre stakeholders, sociedade civil e cidadãos - e o desenvolvimento sustentável. Além disso, desenvolver políticas que incentivem o mercado privado a inovar e adaptá-las a cada setor da economia.

<b>Comitê de Políticas de Economia Digital</b>	Adotar políticas que promovam a transformação digital inclusiva voltada à inovação, garantindo a segurança cibernética e a proteção de dados pessoais, especialmente frente à serviços de inteligência artificial confiáveis e os utilizando como ferramenta para resolução de desafios sociais e econômicos.
<b>Comitê de Política do Consumidor</b>	Utilizar-se de estudos de comportamento e baseado em evidências para a proteção ao consumidor, com foco em e-commerce, segurança de produtos e resolução eficaz de disputas de mercado injustas.
<b>Comitê do Aço</b>	Adotar medidas para evitar distorções no mercado de aço, diminuir barreiras de circulação e preferências a certos setores, promover a competição e cooperar no combate ao excesso de capacidade global, levando em conta também os desafios de meio ambiente.
<b>Grupo de Trabalho sobre Construção Naval</b>	Promover diálogos e condições competitivas e transparentes no setor de construção naval, eliminando distorções de mercado nacional e internacional e apoiando a inovação.

Fonte: Elaboração própria com base no *Roadmap for the OECD Accession Process of Brazil* (2022).

Dentre todos esses tópicos de discussão, é interessante notar que o de Políticas Ambientais é o que mais toma espaço no documento, ocupando quase uma página e meia de recomendações. É natural, mas não por acaso, o interesse da organização na riqueza mais significativa do país: a sua biodiversidade. No geral, apesar de genéricas e abrangentes, todas as recomendações precisam ter um equivalente interno. Caso o candidato não tenha ainda implementado alguma ação, a OCDE ainda aceita analisar seu plano e condições diferenciadas, desde que justificadas e com possibilidade de melhoria ou progresso futuro.

O anúncio da publicação do *Roadmap* por Jair Bolsonaro em suas redes sociais demonstrou, mais uma vez, alinhamento entre a política interna e os objetivos da organização. Na rede social “X”, o então presidente proferiu: “A OCDE, [...], aprovou hoje o plano para nosso ingresso na entidade. É o Brasil deixando para trás as alianças com ditaduras socialistas e consolidando parcerias benéficas para nossa nação (BOLSONARO, 2022).” Poucos dias antes, em seu balanço semanal no aplicativo, ele já havia informado:

O Governo Federal interrompeu esse processo de inchaço estatal, reduziu burocracias e impostos e abriu o mercado. Com a Lei de Liberdade Econômica, estima-se a geração de 3,7 milhões de empregos em 10 anos, e

o Brasil atendeu a novos requisitos para poder fazer parte da OCDE (BOLSONARO, 2022).

Ainda no mês de junho, Bolsonaro participou da Cúpula das Américas e encontrou-se novamente com Mathias Cormann e Joe Biden. Com o primeiro, discutiu a aprovação do *Roadmap* e reafirmou o compromisso do Brasil em cumprir com os requisitos. Com o segundo, de acordo com nota publicada pela própria Casa Branca, reforçaram seu empenho na parceria comercial entre os dois países, “inclusive por meio do apoio dos EUA a candidatura do Brasil à OCDE (EUA, 2022)”. Além disso, trataram de assuntos como a Amazônia, imigrações e a importância da promoção da democracia e liberdade (CNN, 2022).

O restante do ano de 2022 foi basicamente dedicado à campanha de reeleição de Jair Bolsonaro, que disputaria e perderia a presidência para Luiz Inácio Lula da Silva. Logo, a candidatura não foi concretizada e ganhou rumos diferentes sob o retorno da gestão petista, que serão indicados como perspectivas futuras na conclusão deste trabalho.

Portanto, esse capítulo demonstrou que a análise da relação compartilhada entre OCDE e Brasil não deve se limitar meramente à esfera econômica, mesmo que esse seja o objetivo final estipulado entre as partes. Tendo em vista todo o caminho demonstrado até aqui, é possível perceber que a aproximação ou distanciamento entre os atores principais desse trabalho depende muito mais das elites internas que controlam o país e a organização, do que da congruência técnica entre eles. Por isso, o longo processo de acesso do Brasil à OCDE deve ser analisado como um tópico de Relações Internacionais. Nesse sentido, o capítulo seguinte pretende provar que a teoria marxista das Relações Internacionais é a mais adequada lente de análise desse processo.

### **CAPÍTULO 3: A TEORIA MARXISTA NA ANÁLISE DAS RELAÇÕES OCDE-BRASIL**

Os capítulos anteriores serviram para demonstrar o contexto histórico de formação da OCDE e de suas relações com Brasil. Agora, para verificação da tese de que a demorada membresia do país à organização pode ser compreendida através da Teoria Marxista das Relações Internacionais, o presente capítulo elucidará, inicialmente, os conceitos de anarquia, ordem mundial, hegemonia e organizações internacionais na visão de autores marxistas. Uma vez expostas as definições, os conceitos serão aplicados ao caso prático

#### **3.1. Considerações iniciais sobre a Teoria Marxista das Relações Internacionais**

É importante destacar que o marxismo não nasce, inicialmente, como uma teoria de Relações Internacionais. Em meados de 1840, Karl Marx e Friedrich Engels, precursores da teoria, desenvolveram a hipótese de que as dinâmicas sociais e econômicas do sistema capitalista seriam determinadas pelas relações de produção, ou seja, pela divisão entre aqueles que detém os meios de produção e aqueles que precisam vender sua força de trabalho. Por isso, e levando em conta a divisão internacional do trabalho, a história do mundo seria a história da luta de classes, cenário aprofundado pelo modo de produção capitalista (LINKLATER, 2005).

A causa desses estudos iniciais não serem considerados aplicáveis a uma teoria das Relações Internacionais propriamente dita recai, em partes, na falta de um conceito terminado de nação em Marx. Nesse sentido, Marx e Engels teriam discorrido que o aparato institucional não era o determinante do sistema internacional e de sua suposta anarquia, sendo os grupos sociais e movimentos profundos da história os protagonistas que atuariam como expressão da totalidade da sociedade. Com a revolução pregada por eles, ou seja, a união das classes operárias oprimidas em todo o mundo, não seria mais necessário ou mesmo interessante prover legitimidade e poder ao Estado, que teria suas fronteiras transcendidas e desapareceria. Dessa forma, qualquer relação entre os Estados em âmbito “internacional” seria, na verdade, relações sociais de produção (MÁRMORA, 1986, p. 11, *apud* Vigevani *et al.*, 2011).

Entretanto, como argumenta Vigevani *et. al* (2011), estas próprias constatações já demonstram que a ideia não foi ignorada pelo precursor e garante uma visão de seus estudos para as Relações Internacionais. Em adição, o próprio estigma quanto ao Marxismo vindo da propaganda ocidental capitalista colocava a teoria em segundo plano, reprimindo seu desenvolvimento academicamente.

O Marxismo, então, só se aproxima do âmbito acadêmico das Relações Internacionais após 1917 e a publicação de “Imperialismo: fase superior do capitalismo” de Vladimir Lênin. Entretanto, quando Robert Cox lança seu artigo “*Social forces, states and world orders*” em 1981 é que ocorre o reconhecimento pleno da Teoria Marxista nas Relações Internacionais. Além destes dois, Andrew Linklater e Fred Halliday também contribuíram para esse status. Para fins de aplicação teórica da presente monografia, o estudioso britânico-canadense Stephen Gill (1995), que trabalhou na academia de maneira muito próxima com Cox, também é pontuado. Todos esses autores foram capazes de transpor as ideias de Marx e Engels para além das fronteiras do Estado-nação e garantir o reconhecimento do pensamento como uma teoria das Relações Internacionais.

Por isso, é possível sumarizar o entendimento do marxismo no âmbito das Relações Internacionais com o seguinte: “a constituição, funcionamento e transformação das relações internacionais são fundamentalmente regidos por relações sociais de propriedade” (Teschke, 2003, *apud* Vigevani *et. al*, 2011). Exatamente por contrapor as teorias predominantes das Relações Internacionais – liberalismo e realismo, à medida em que incorpora a possibilidade da superação do conceito de nação, estuda as causas dos fatos e não apenas os toma como dados é que o marxismo contribui e pode também ser compreendido como uma teoria da área. Por isso, alguns conceitos produzidos por autores marxistas das Relações Internacionais devem ser destacados a fim de possibilitar a verificação da aplicação de seus conceitos e dessas relações sociais no âmbito de organizações internacionais e, mais especificamente, no que diz respeito às negociações para a entrada do Brasil na OCDE.

Em primeiro lugar, a anarquia do sistema internacional, ou seja, a ausência de um poder central ou superior nas relações entre países, é entendida no marxismo como uma situação que apenas encobre as relações materiais entre burguesia e

proletariado dentro de um único Estado ou mesmo entre Estados. Estes estados, novamente, seriam expressões das hegemonias burguesas internas e internacionais nas relações sociais de produção, com muito mais enfoque no indivíduo do que nas representações estatais (LINKLATER, 2005). De acordo com Herz (2004), a anarquia na visão dos marxistas não seria uma característica natural do sistema internacional, e sim uma consequência do modo de produção capitalista (HERZ, 2004), que extrapola as fronteiras carregando consigo a luta de classes em nível muito mais conectado com as forças sociais do que com o aparato estatal. Essa dinâmica se relaciona profundamente com o individualismo pregado pelo modo de produção capitalista em vistas da promoção da propriedade privada dos meios de produção. As organizações internacionais, fóruns de negociação multilateral entre países, tentam, no limite, fazer frente e administrar essa anarquia e individualismo, colocando-se como representantes de um conjunto de países que geram resultados acima de seus interesses próprios.

Entretanto, os marxistas, que não enxergam os países como atores principais, entendem que a anarquia gera condições para o surgimento de outras estratégias de reprodução das relações de exploração entre classes sociais, sendo as organizações, como a OCDE, uma delas. Nesse sentido,

A manutenção de uma forma de organização da economia política internacional que garanta a reprodução do capitalismo, dominada pelo polo norte-americano, é a chave explicativa para a análise das instituições internacionais que compõe o triunfo do neoliberalismo nos anos 80 e 90 (Panitch, 2000; Gowan, 1999 *apud* Herz, 2004).

Mesmo com a ausência de um ator central, o Sistema Internacional não deve ser entendido como uma estrutura caótica. Ao contrário, certos padrões de organização, pensamento e ação do Sistema Internacional possuem predominância, o que resulta nas ordens mundiais.

As ordens mundiais são entendidas por Cox (1981) como configurações de poder particulares que determinam os padrões de guerra e paz. Como representação desses padrões, as ordens mundiais são fundamentadas em relações sociais. Dessa forma, a ordem mundial que prevaleceu no pós-Segunda Guerra Mundial, período de criação da OCDE, foi aquela sedimentada pelos EUA nas instituições de Bretton Woods, ou seja, a dos padrões estabelecidos pelo Banco Mundial, FMI e OMC e do princípio da democracia liberal. Com a crise de Bretton Woods em meados da década

de 1970, os EUA precisaram reinventar sua projeção e legitimação de poder, o que ocasionou o surgimento da ordem neoliberal, que coincidiu com um período de maior abertura da OCDE para membros localizados mais longe do centro capitalista do mundo.

Como elucidado por Cox (1981) o marxismo, diferentemente das teorias predominantes de Relações Internacionais, não apenas estuda as ordens mundiais como dadas, ou seja, num contexto de parametrização de todo o mais constante. Pelo contrário, a teoria crítica desenvolvida por autores marxistas procura questionar como e por que as ordens mundiais foram estabelecidas da forma que são. No entendimento marxista, as ordens mundiais surgem através da imposição de poder econômico, dominância das tendências político-ideológicas e socioculturais em momentos de ausência ou crise de outro padrão predominante e com o objetivo de garantir a manutenção dos interesses do centro capitalista. Por isso, as hegemonias, que serão definidas adiante, seriam chaves para compreensão das ordens mundiais e, posteriormente, ainda, das organizações internacionais (COX, 1981).

Ainda no entendimento de Cox (COX, 1993 *apud* Linklater, 2005), as ordens mundiais teriam natureza hegemônica. Nesse sentido, o desenho político do capital internacional ajudaria a manter as desigualdades materiais através de uma combinação de coerção e esforços para tentativa de construção de consenso. Nesse sentido, as hegemonias empregariam instrumentos que funcionariam como “correias de transmissão que generalizam e tornam hegemônicos, sob o manto de valor universal, conceitos formulados nos países centrais e funcionais aos interesses de seus grupos dirigentes (MURPHY, 2005 *apud* Vigevani, 2011)”. Esses valores são expressões apenas dos interesses do *hegemon*, que tentam os configurar como um consenso de cunho universal, mas não necessariamente se encaixam ou são benéficos a outras configurações de sociedade. Isso resulta, portanto, de que uma ordem mundial – padrões de ações, ideias e organizações – teria um país *hegemon* a sua frente. Grandes exemplos desse conceito são a *pax britânica*, que teve o Reino Unido à sua frente, e a *pax americana*, mais atual e que carrega os EUA como seu *hegemon*.

O conceito de hegemonia representa a ampliação de relações sociais que existiam, inicialmente, apenas dentro das fronteiras de um país dominante do centro

capitalista, sendo que a burguesia interna e a internacional se retroalimentam e uma representa a continuidade da outra (GILL, 1993, *apud* Linklater, 2005). O status de hegemonia requer, contudo, um conjunto de capacidade de dominação por meio de poder material, normas universais e instituições que devem ser empregados pelos Estados e pelas sociedades civis que atuam dentro e fora de fronteiras. É fácil perceber o vínculo das relações econômicas, político-ideológicas e social-culturais globais com os interesses da nação hegemônica do momento. O objetivo deste vínculo está na preservação do *status quo*, no qual a hegemonia deseja continuar com sua posição privilegiada, sem quaisquer possibilidades de mudança no tabuleiro das relações internacionais. Neste sentido, Linklater (2005) associa o referido vínculo à conservação do modo de produção capitalista, cuja base de reprodução é baseada na desigualdade entre os atores dos Sistema Internacional. Essas relações resultariam, adiante, nos conflitos entre Estados e as relações de poder postas na sociedade (LINKLATER, 2005)

Para Gill (1995), em adição, as hegemonias seriam

[...] mantidas através de formas de cooperação próxima entre as elites internas e externas das principais regiões do sistema mundial e por meio de uma crescente *network* de economia internacional e instituições políticas que são responsáveis pela governança global (GILL, 1995, tradução própria).

Depreende-se, com isso, que as hegemonias atuam por meio de estratégias que englobam âmbitos sociais, econômicos e políticos para garantir a manutenção de sua posição dentro do sistema de produção e das relações sociais resultadas desse sistema a nível mundial.

Robert Cox (1981), destaca, ainda, o papel das forças sociais em todos esses movimentos. Diferentemente dos teóricos do liberalismo e realismo, o Marxismo ainda destaca a importância das forças sociais, ou seja, os movimentos populares dentro e fora dos Estados, como motores dessas transformações, tanto no que diz respeito às elites buscando a manutenção de seu status como do proletariado buscando a sua libertação.

Então, é fácil compreender como as instituições constituem um dos requisitos básicos a caracterização de uma hegemonia, uma vez que o país *hegemon* é não só o dominante da ordem mundial – mesmo num sistema anárquico –, mas também dentro das organizações. No caso aqui analisado, os EUA como “vencedores” da

Segunda Guerra Mundial, dominantes não só da ordem de Bretton Woods, mas também da ordem neoliberal que seguiu após a crise de Bretton Woods, constituem o país *hegemon* no contexto de formação de diversas organizações internacionais, como a OCDE. Ao buscar a conserva de seu poder no Sistema Internacional, projetam seu poder nas organizações.

As organizações internacionais, de forma geral, são definidas como a forma mais institucionalizada de praticar a cooperação nacional e englobam um conjunto maior de instituições que garantem, de certa forma, a governança global frente à anarquia do sistema. As organizações são compostas, portanto, por normas, regras, leis, procedimentos, órgãos de solução de controvérsia, aparato burocrático, orçamento, sede, programas e mecanismos específicos que levam à tais padrões de governança global. As instituições internacionais, nesse sentido, estão contidas nas organizações internacionais, mas não se resumem a elas. As organizações são dependentes dos Estados para que sejam um fórum legítimo de atuação em prol da cooperação (HERZ, 2004).

É importante mencionar que a ligação das organizações com a cooperação é feita majoritariamente entre teóricos do liberalismo. Para eles, elas possibilitariam maior fluxo de comércio e, por consequência, da interdependência, o que favoreceria a paz. O maior exemplo de tentativa de aplicação dessa proposição coincide também com um dos maiores exemplos de organizações que já existiu na história mundial, ou seja, o fato de Woodrow Wilson – um dos estudiosos do liberalismo de maior destaque nos anos modernos – ter sido o idealizador da Liga das Nações que, posteriormente, seria o berço da Organização das Nações Unidas (ONU), a mais notória de todos os tempos (HERZ, 2004)

Stephen Gill (1995), por sua vez, adiciona à essas ideias o fato de que as instituições globais pressionam governos nacionais a aceitar seus direcionamentos de concepções neoliberais do Estado, sociedade e economia. A instituições seriam, dessa forma, formas de governança exercida por meio da condicionalidade política e pressão internacional para desregulação de diversos setores da economia doméstica e para permitir a expansão do capitalismo global. Gill estuda também como o desenvolvimento do capitalismo transnacional, estruturas estatais e instituições econômicas internacionais interagem para gerar uma forma particular de hegemonia

global, além da desigualdade de poder, recursos e oportunidades que a acompanham (GILL, 1995).

Por fim, os estudos de Cox (1981) deram luz a essa globalização do capitalismo. Assim como o próprio modo de produção capitalista, as hegemonias passariam por momentos de crise com questionamentos de seu poder. Nesse sentido, elas buscariam a internacionalização de seu poder, e as instituições constituiriam uma forma de aplicação desse objetivo. Entretanto, internacionalizar seu modo de produção resultaria também na internacionalização das forças sociais de oposição e resistência, uma vez que os movimentos sociais seriam os motores da história com base nas relações de produção. As instituições seriam amalgamas particulares destas ideias e poder material – que, como já explicitado, em conjunto compõem uma hegemonia – que, por sua vez, influenciam o surgimento de novas ideias e capacidades materiais, ou seja, se retroalimentando em um ciclo que reforça o status do *hegemon*, das elites e das relações de produção. O conceito de hegemonia é, portanto, intrinsecamente ligado às instituições uma vez que essas últimas dispensariam o uso da força pelo primeiro, que se projetariam pela legitimidade e concessão aos mais fracos da promessa de uma ascensão. As instituições se tornariam âncoras que prendem a estratégia do país *hegemon* à representação de interesses diversos, ao mesmo tempo que protege uma universalização de políticas. Como já exposto, as hegemonias não podem ser resumidas a instituições – até mesmo pelo requisito de poder material e ideias dominantes – mas as instituições são expressões da hegemonia vigente (COX, 1981).

É possível depreender, portanto, que, para a Teoria Marxista, mesmo no contexto de anarquia do Sistema Internacional, certas ordens mundiais prevalecem em certos períodos da história. Tais ordens mundiais possuem países hegemônicos em sua linha de frente, ou seja, aqueles precursores e berços dos padrões de comportamento. Esses países costumam, também, ser os mais influentes dentro das organizações internacionais que, por sua vez, são arranjos formais que refletem, em nível reduzido e tema específico, o funcionamento do sistema como ele é, ou seja, com divisões e lutas de classe.

### 3.2. A Teoria Marxista aplicada ao caso prático da OCDE e do Brasil

Uma vez explicitados os conceitos e visões marxistas que garantem a compreensão do papel das organizações no sistema internacional, é convencional destacar experiências práticas e, mais especificamente, no quadro do relacionamento entre o Brasil e a OCDE. Para isso, serão analisadas, adiante, as pontuações de Robert Cox (1981) e Stephen Gill (1995) sobre o tema, além de Gabriel Castro (2023), doutor em Ciências Sociais, que garante uma interpretação nacional e ainda mais específica do assunto.

Em primeiro lugar, Cox (1981), ao compreender que a institucionalização é um meio empregado por hegemonias para garantir estabilidade e perpetuação da ordem internacional vigente, pontua que a administração desse processo teria um caráter de universalidade. Não só Cox, mas também Gill (1995) enxergam problemas no fato da mesma recomendação política ser feita tanto a países desenvolvidos como subdesenvolvidos no âmbito de diversas organizações, como a OCDE, ignorando as particularidades e complexidades de diversas economias ao tentar impor um padrão. Esse padrão, por sua vez, teria sido aquele que permitiu a ascensão das hegemonias, mas não necessariamente é aplicável em qualquer contexto (COX, 1981; GILL, 1995).

Além disso, Cox pontua que a *pax americana*, que produziu mais instituições do que a hegemonia britânica anterior, raramente precisava intervir diretamente nas estruturas econômicas dos países, tendo em vista que ela manteve sua dominância, à sua época, na ordem internacional de Bretton Woods por meio de corporações transnacionais e da supremacia monetária do dólar (COX, 1981).

Para alcançar esse patamar, os EUA teriam se aproveitado do período entreguerras, com poucas previsões de uma nova hegemonia, para adentrar ideologicamente outras nações, garantindo sua dominância na administração da nova ordem internacional. Nesse sentido, um passo a passo para a implementação dessa dinâmica teria iniciado com o Plano Marshall, passado pela aliança militar da OTAN e concretizado na OCDE. Nesse sentido,

Tais processos [de harmonização de políticas nacionais] começaram com o criticismo mútuo dos planos de reconstrução dos países da Europa ocidental (as condições dos EUA para os auxílios do Plano Marshall), continuaram com

o desenvolvimento de procedimentos de revisão anual da OTAN [...], e que se tornaram um hábito adquirido de consulta e revisão mútua de políticas nacionais (pela OCDE e outras agências) (COX, 1981, p. 145, tradução própria).

Ainda, ele pontua que a estrutura transnacional da produção, ou seja, a divisão internacional do trabalho, estaria aproximando a classe gerencial mundial, que seria uma classe em si e para si, tendo suas próprias ideologias, estratégias e instituições de ação coletiva. A OCDE, bem como o FMI e Banco Mundial, seria um dos *locus* dessa união, ocasionada pela internacionalização dos interesses do Estado nacional (COX, 1981).

Entretanto, o texto de Cox está localizado em um momento da história em que a ordem de Bretton Woods já apresentava fraquezas significativas. Por isso, após analisar e demonstrar as condições que proporcionaram a dominância hegemônica estadunidense sobre o Sistema Internacional e as organizações, ele reflete sobre três possibilidades de configuração de poder no futuro. Dentre as três previsões feitas por ele, atualmente, a que mais se aproxima da realidade – mesmo que também não em plena estabilidade – é a de que a hegemonia estadunidense sofreria algumas mudanças e teria seu poder baseado na estrutura das forças sociais que seriam originadas da crescente internacionalização da produção. Seu domínio continuaria por meio das corporações, ou seja, do capital internacional e da ordem monetária, mas com alterações na percepção de outros países que precisariam ser contornadas por meio de outras instituições, cenário no qual a expansão da OCDE está inserida. Cox cita explicitamente a cooptação do Brasil para a OCDE e a união de outros países estratégicos como fatos importantes na manutenção e contrabalanceamento dessa nova ordem:

A configuração de poder interestatal poderia manter tal ordem, providos os seus estados-membro de conformidade com esse modelo, é uma coalizão centrada nos EUA, na República Federativa da Alemanha e o Japão, com o apoio dos estados da OCDE, a cooptação de alguns dos países mais industrializados do Terceiro Mundo, como o Brasil, e os países conservadores líderes da OPEP, e a possibilidade da *détente* renovada, permitindo maior ligação da esfera Soviética à economia mundial da produção internacional (COX, 1981, p. 149, tradução própria).

Para completar a análise, Stephen Gill, faz contribuições importantes para a temática das organizações em seu artigo “*Globalisation, Market Civilisation and Disciplinary Neoliberalism*”, publicado em 1995.

A tese de Gill (1995) gira em torno do conceito de *market civilisation* ou sociedade de mercado, definida como práticas contraditórias na forma de ideologias ou mitos do progresso capitalista e padrões de exclusão e hierarquia das relações sociais. Essas práticas estariam expandindo estruturas de acumulação, legitimação, consumo e trabalho no mundo. Para ele, o caráter transnacional do capital propiciado pelos avanços da globalização estaria “*commodificando*” as relações sociais, criando a sociedade de mercado.

Para compor esse argumento, ele analisa as recomendações de políticas neoliberais que, em sua visão, condicionam a maior parte do mundo às forças de mercado, enquanto preserva a proteção social dos mais fortes – exatamente por serem os produtores das normas que se aplicam apenas a si com o objetivo de preservar suas posições. Essas políticas gerariam, em última instância, o oligopólio e proteção para os fortes e a socialização de seus riscos para os fracos.<sup>11</sup> Gill passa então para a análise dessa tese dentro das instituições. É nesse momento em que ele pontua deliberadamente que:

[...] os privilégios dos politicamente poderosos e economicamente fortes têm sido reforçados nas nações da OCDE desde o final dos anos 1960, muitas vezes em detrimento da vasta maioria da população (GILL, 1995, p. 407, tradução própria).

Para corroborar a tese de Cox de que a hegemonia estadunidense precisaria se reinventar para manter-se no poder, Gill (1995), então, discorre sobre a contribuição crucial das elites e classe médias dos países do Terceiro Mundo para o conceito da sociedade de mercado. Ele explica que, nesses locais, as elites urbanas e a classe média mandante e emergente se beneficiam dos padrões de consumo e incorporação do capital transnacional aos circuitos de financiamento e produção.

Em adição, sua maior contribuição no assunto relaciona-se com a terceira expressão que dá nome ao seu texto, “*disciplinary neoliberalism*”, ou o neoliberalismo disciplinar. O autor define disciplina como “uma forma de exercício do poder dentro das organizações sociais”, que muitas vezes pode gerar um comportamento programado por meio da coerção. Ao traçar linhas de semelhança entre as instituições

---

<sup>11</sup> Gill (1995) menciona, ainda, que esse movimento, na realidade, se opõe a configuração de mercado que o neoliberalismo prega, uma vez que o livre mercado é promovido como instrumento para garantia da igualdade e paz no Sistema Internacional.

e o conceito do panóptico de Jeremy Bentham e Michel Foucault<sup>12</sup>, o autor discorre que o neoliberalismo disciplinar é uma forma concreta de poder estrutural e comportamental, que combina o poder estrutural do capital com poder capilar<sup>13</sup> e “panopticismo”. Não necessariamente o neoliberalismo disciplinar é universal ou consiste, mas é certamente burocratizado e institucionalizado (GILL, 1995).

Por fim, o artigo ainda consegue relacionar as recomendações feitas pela OCDE, em sua maioria pontuadas também no *Roadmap* do Brasil, com uma nova configuração de poder empregada pelos EUA para atingir esses objetivos – da sociedade de mercado, do neoliberalismo disciplinar e da expansão de padrões de política aplicáveis a si. Gill explica que a governança global é, agora, composta por um novo constitucionalismo, em que a

[...] dimensão macropolítica do processo em que a natureza e propósito da esfera pública na OCDE foi redefinida de maneira mais privatizada e *commodificada*, com seu critério econômico definido com um quadro de referência mais globalizado e abstrato (GILL, 1995, tradução própria).

Por isso, as recomendações da OCDE de desburocratização e diminuição do aparato estatal na economia estariam alinhadas com tais objetivos. Ainda, ele cita diversos temas de atuação da organização também mencionados no *Roadmap* brasileiro ao concluir que “os governos na OCDE e em outros lugares investiram pesadamente em novas tecnologias para criar e manipular base de dados para recolhimento de impostos, previdência social, imigração, controle social e *enforcement* criminal. Para finalizar, ele ainda discorre algumas conclusões também no tema do meio ambiente que, como já mencionado, constitui o foco dos requisitos formalizados pela OCDE para sua aceitação do Brasil. Nesse sentido, Gill coloca que

---

<sup>12</sup> O modelo do panóptico nasce com o filósofo Jeremy Bentham e trata-se da estrutura física de um sistema de vigilância instaurado em prisões e baseado em um prédio alto central e circular. Desta torre de vigilância, todas as celas poderiam ser monitoradas, mas o interior da torre não poderia ser visto de fora. Dessa forma, aqueles que observam – os guardas – nunca seriam vistos, da mesma forma que os presos nunca poderiam ver seu interior e estariam hipoteticamente sob constante observação. Esse modelo, em tese, controla mais pessoas empregando um número reduzido de controladores, diminuindo custos com pessoal e aumentando a segurança por meio da coerção e efeito da disciplina. Michel Foucault, por sua vez, transpôs a ideia de Bentham do plano físico para o social, ao concluir que diversas outras formas de controle da sociedade como um todo – e não necessariamente detentos – estariam sendo empregadas para a determinação de comportamentos específicos. Para ele, “uma sociedade burguesa em formação necessita tornar mais sutis seus mecanismos de poder, para gerir um maior número de relações e pessoas” (SPINDOLA, 2011).

<sup>13</sup> O poder capilar é também um conceito de Foucault, que define basicamente que as relações de poder são imbricadas como uma ação em detrimento de outra e, portanto, requerendo um dominado e um dominador.

os EUA estariam usando o acesso ao seu vasto mercado como vantagem de poder, ligando a reformulação do mercado do clima internacional ao sujeitar outras nações às disciplinas do novo constitucionalismo (GILL, 1995).

Castro (2023) estuda, através de conceitos do marxista Nicos Poulantzas, exatamente as relações sociais que permeiam as burguesias do Brasil e da OCDE no que diz respeito à possível adesão do país à organização. Em primeiro lugar, é importante reconhecer a incrementação conceitual que Poulantzas faz do conceito de Estado-nação. Para ele, o Estado não é só um instrumento de manipulação da classe operária utilizado pela burguesia, mas também um espaço de disputa das próprias burguesias entre si, ou seja, as diferentes frações burguesas que possuem interesses particulares de dominação (POULANTZAS, 1978).

Esse aprofundamento do conceito de nação, gera, então, uma subdivisão do conceito de burguesia, separando-o entre burguesia nacional, burguesia interna e burguesia compradora/associada. A burguesia nacional possui fonte de acumulação própria no interior da formação social e é aquela responsável pela revolução e sofisticação das forças de produção nacionais, sendo a pioneira na construção de um Estado-nação desenvolvido. Possuindo certas contradições com o capital imperialista estrangeiro, ela busca um lugar de autonomia, com unidade própria, e em alguns momentos de proposição da luta anti-imperialista pode incluir parcelas do “povo” em busca de aliança com massas populares (POULANTZAS, 1978). Essa fração burguesia teria tido pouquíssimos momentos de hegemonia no bloco do poder – sendo o único exemplo a Era Vargas, que propiciou esse movimento mais pela máquina estatal nacional-desenvolvimentista e muito menos pelas massas populares – uma vez que o capital e forças estrangeiros sempre permearam relações nacionais, impedindo a organização e unicidade do bloco.

Já a burguesia associada, como sua própria denominação já implica, é associada e dependente do capital e interesses externos, não tendo fontes de acumulação própria. Ela opera, nesse caso, como uma difusora dos interesses da burguesia localizada nos países do centro capitalista. É composta, basicamente,

pelos grandes proprietários de terras, operadores dos sistemas financeiros, bancários e comerciais, especialmente aqueles que são extensões, ou seja, filiais ou dependentes do investimento de uma matriz estrangeira (POULANTZAS, 1978). No caso do Brasil, essa tipologia pode ser encontrada na fração neoliberal ortodoxa, presente especialmente nos governos Temer e Bolsonaro.

A burguesia interna, por sua vez, acaba ficando entre a nacional e a associada. Ela busca autonomia relativa pois entende possuir fonte de acumulação própria, mas ainda depende do capital internacional – especialmente para tecnologia, tendo posicionamentos mais flexíveis e alternantes. Ela é mais comum em países periféricos, tendo as mesmas características da burguesia nacional nos países desenvolvidos e tendo que negociar com elas para sair de sua posição, mas ainda representando os interesses nacionais de exploração. Essa tipologia tem, ainda, uma fragilidade político-ideológica para com o capital estrangeiro, fato que a impediria, no longo prazo, de exercer a hegemonia política interna, e por isso representa uma posição intermediária entre as demais (POULANTZAS, 1978). No caso brasileiro, a burguesia interna pode ser encontrada na burguesia industrial brasileira no contexto dos governos petistas de Lula e Dilma.

Mesmo frente suas particularidades, essas três frações possuem um ponto em comum: sua posição de classe dominante e de unidade política, econômica e ideológica contra a classe trabalhadora (BERRINGER, 2014 *apud* CASTRO, 2023) e o atendimento de seus interesses pelo Estado – mesmo que de forma não igualitária entre elas, exatamente o que resulta nessas subdivisões. As frações burguesas representam os centros de decisão predominantes em um país e possuem os meios necessário para construir um futuro que preserve a sua posição dominante. Para atender seus interesses particulares, as frações de classe da burguesia buscam, não só a dominação do Estado propriamente dito, mas também da política externa de um país (CASTRO, 2023). Castro (2023), através dos conceitos de Poulantzas, busca conectar as recomendações para reforma do Estado brasileiro feitas pela OCDE com a agenda de interesse das frações burguesas do país no âmbito das relações internacionais.

Ao traçar o quadro dessas hegemonias na história do Brasil, Castro (2003) explica que, após a ditadura militar e crise da década de 1980, houve um declínio do

poder das burguesias internas, dando espaço à burguesia associada, especialmente em vista do final da Guerra Fria e a gradativa disseminação do pensamento neoliberal. Em termos econômicos, esse pensamento questionava o papel do Estado e a burocratização. No que diz respeito a política, a queda da ditadura e o discurso de desenvolvimento pela redução do Estado e diminuição da burocracia eram pregados. No âmbito ideológico, o desenvolvimentismo era criticado e posto como um modelo econômico ultrapassado, corporativista e que impediria novos empreendimentos que não fossem patrocinados pelo Estado (CASTRO, 2023).

A burguesia associada aparece como a representação primária das elites nos governos de Fernando Collor e FHC. Entretanto, as mesmas contradições geradas por esse bloco, como o endividamento externo, o fracasso de planos econômicos de desenvolvimento e a imposição de políticas monetárias recessivas do FMI (GROS, 2003, *In* Castro, 2023) é que deram condição para a transição que garantiu o poder a Lula. A própria entrada de capitais promovidos pela ideologia neoliberal impôs condições abusivas que, no curto-prazo funcionaram, mas no longo-prazo afundaram o país em uma nova crise (CASTRO, 2023).

No governo Lula, o bloco no poder incorpora classes trabalhadoras mais pobres – que comporiam a pequena parcela de burguesia nacional, até então – e frações da burguesia interna, que não ganharam muita atenção nos dois governos anteriores. Caracterizados como neodesenvolvimentistas, os governos de Lula articulavam a atuação de grandes sindicatos, bem como proviam prioridade aos cidadãos mais pobres. Além disso, conversavam com canais institucionais de empresariado e propiciaram investimentos para a burguesia interna, dessa vez por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e não tanto de capitais externos (CASTRO, 2023).

No mandato de Roussef, esse cenário começa a se degradar, tendo em vista os efeitos da crise internacional de 2008 e o fracasso da política econômica de seu governo, como tentativa de continuidade de seu colega anterior. O bloco neodesenvolvimentista rui e a burguesia interna como sua sustentação cai, gerando o *impeachment* da presidente e a entrada de Michel Temer (TATEMOTO, 2017).

Com a queda de todo um bloco de poder, uma nova configuração precisou se formar. Esse novo cenário restaurou alianças e pactos sociais, bem como o

pensamento neoliberal ortodoxo e, portanto, a posição de primazia da burguesia associada. Parte significativa da burguesia interna também se organiza para apoiar essa nova configuração. Especialmente tendo em vista o *impeachment* por pedalada fiscal, o discurso do novo bloco no poder focou-se no combate à corrupção, o que desviava a atenção das políticas de abertura econômica, privatização e desregulamentação do trabalho e atraía para si o apoio da burguesia interna (BOITO JUNIOR, 2020).

É importante destacar, ainda mais, o desenho das dinâmicas sociais entre burguesia e proletariado durante o governo Temer (uma vez que ocorreu nesse período a formalização do pedido de adesão do Brasil à OCDE) e do governo Bolsonaro, que juntos constituem as expressões mais intensas do neoliberalismo, vinculado às aproximações mais expressivas do Brasil à organização após a solicitação de ingresso.

À época de Temer, no campo social, diversas organizações e movimentos como o Endireita Brasil, Movimento Vem pra Rua, Revoltados Online estavam em alta, bem como seu patrocínio pelo partido Movimento Brasil Livre (MBL). No campo da economia, setores empresariais como a Federação das Indústrias do Estado de SP (FIESP), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) eram grandes entusiastas das políticas de “reforma” pregadas pelo presidente, que tinham como foco especial o ajuste fiscal e primazia do superávit primário. Esse foco está intrinsecamente ligado à história do país, que é marcada por políticas econômicas contracionistas e cíclicas em governos neoliberais frente cenários de crise. Com isso, Temer buscava resgatar a confiança do capital internacional no Brasil, que segundo ele, traduzir-se-ia em investimentos, crescimento e empregos (CASTRO, 2023).

Castro (2023) reforça que o presidente, ao buscar coesão com a ordem internacional liberal, então, trabalhava de perto com instituições que desenham essa ordem, tal qual a OMC. O próprio ministro das Relações Exteriores de Temer, José Serra, em livro divulgado durante o governo, pontuou o compromisso da diplomacia com a ordem liberal internacional, valores democráticos, regimes e instituições internacionais, direitos humanos e cuidado ambiental eram diretrizes foco. Serra

(2016), ainda cita em seu livro que “Com os Estados Unidos, confiamos em soluções práticas de curto prazo, eu repito, para a remoção de barreiras não tarifárias, e de regulação que entorpecem o intercâmbio”. Castro (2023) pontua que política externa de um país corresponde às burocracias da máquina estatal, mas também de seus projetos que, em teoria, são derivados da vontade popular. Entretanto, Serra parecia estar direcionando seu discurso de promoção do livre-comércio à confiança nos EUA, e menos em autonomia do Brasil. Nesse sentido, ele destaca:

[...] a busca pela maior atuação nas instituições e fóruns internacionais por parte do governo brasileiro não corresponde a um tipo de protagonismo ou exercício de liderança, mas uma tentativa de se firmar como parceiro importante daqueles que já lideram esses espaços, em especial, os Estados Unidos (CASTRO, 2023, p. 44).

No âmbito político-ideológico, o alinhamento às ideias neoliberais veio acompanhado de oposição à ciência e à racionalidade e, conseqüentemente contra o teor científico, técnico e criativo dos opositores do governo (CASTRO, 2023).

Em resumo, ao atender políticas neoliberais ortodoxas, Temer e sua comitiva conseguiram diminuir o custo-trabalho e aumentar a participação do capital estrangeiro, o que atende todas as frações da burguesia de Poulantzas, mas em especial, a burguesia associada e a interna que se beneficiam do grande capital – independente se sua origem é interna ou externa. Entretanto, novamente, a crise política envolvendo insatisfações da população contra Temer e a própria brevidade de seu governo na tentativa de restaurar o neoliberalismo, fizeram com que o mercado já trabalhasse com perspectivas de uma próxima gestão. De qualquer maneira, à época das eleições, o economista e sócio da Gradual Investimentos, André Perfeito, declamou em entrevista que “a permanência ou saída do presidente Temer é irrelevante, porque o que importa é que a equipe econômica deve permanecer e todos agora estão interessados na aprovação ou não das reformas (PERFEITO, 2017)” (EXAME INVEST, 2017).

A entrada de Jair Bolsonaro no poder corroborou essa tese, uma vez que suas políticas aprofundaram o poder do bloco da elite vigente. Já de início, a própria definição orçamentária demonstrou as classes sociais que seriam beneficiadas por ele, tendo em mente que áreas chave no bem-estar social foram sucateadas. Dessa forma, sua agenda neoliberal foi aprofundada e destruiu os resquícios de qualquer socialdemocracia no Brasil. É importante notar, ainda, que o contexto mundial

ideológico passava por um desenvolvimento do capitalismo. Isso quer dizer que, em meio à disputa entre EUA e China no âmbito geoeconômico, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e das relações de força e hegemonia foram destaque mundo afora (PASSOS, 2022).

No que diz respeito à diplomacia, foi possível perceber seu emprego em nome de interesses pessoais e eleitoreiros, na tentativa de destruir tudo o que fosse associado à esquerda ideológica. Dessa forma, Castro (2023) argumenta que a política externa desse governo foi uma expressão do próprio bolsonarismo enquanto força política e social do Brasil. Ele, então, separa a problemática da política externa em dois campos de análise, que consequentemente ditam também o processo de acessão do Brasil à OCDE: (i) o bloco no poder que fundamenta o governo Bolsonaro, ou seja, o neoliberalismo ativo burocrático; e (ii) o bolsonarismo, como movimento ideológico neofascista de extrema-direita, que permeia o primeiro enquanto narrativa e tentativas de popularidade eleitoreira, com poucas ações práticas de engajamento na política.

O apoio incondicional e subserviência da comitiva de Bolsonaro ao então presidente estadunidense Donal Trump também estariam conectados com tal busca pela defesa dos valores e interesses da direita e do neoliberalismo ortodoxo. Nesse ponto, Castro (2023) destaca também a importância da temática do meio ambiente que, como já citado, é central nas recomendações da OCDE. No governo anterior, dessa forma, os incentivos de promoção a defesa do meio ambiente – inclusive por organizações como a ONU e Organização Mundial da Saúde (OMS) – eram caracterizados como uma ditadura normativa mundial, impondo regras e diminuindo a soberania dos governos.

Por esse motivo, a diplomacia bolsonarista focou em tópicos econômicos e na centralidade dos EUA no sistema internacional, especialmente nas promessas vazias de Trump sobre um possível apoio ao ingresso do Brasil na OCDE. Entretanto, após desencontros, Trump mostrou seus únicos objetivos – garantir o apoio do executivo brasileiro numa possível reeleição ao reimpor tributações ao setor de aços e alumínio, não apoiar a entrada do país na organização formalmente e, posteriormente, criticar a postura do Brasil frente ao discurso anticientífico catastrófico durante a pandemia da COVID-19 (FIGUEIREDO, 2020).

Com a ascensão de Joe Biden, Bolsonaro muda sua postura e entende que a direita política, no mundo, vinha numa linha de decadência em vitórias presidenciais. Mesmo que mais branda, especialmente em decorrência da falta de afinidades ideológicas e críticas mais abertas de Biden ao brasileiro, a subserviência permaneceu durante os últimos dois anos de seu governo.

Tendo esse cenário em mente, é possível compreender que a diplomacia não teve avanços significativos para atender à interesses da fração burguesa no poder, mas suas políticas econômicas e viés ideológico foram notórias.

Por isso, a partir da compreensão do funcionamento das classes burguesas no poder, da sua relação com os movimentos burgueses de ordem internacional e a faceta neoliberal das recomendações da OCDE desde sua formação, mas especialmente após o fim da Guerra Fria, algumas conclusões podem ser tomadas.

Nesse sentido, finda sua análise, Castro (2023) faz pontuações importantes. De início, ele conversa com Cox e Gill e conclui que as recomendações da OCDE são feitas de forma genérica. Daí a importância de reconhecer que os membros fundadores da organização, à época, já tinham sua estrutura de produção interna bem definidas. Enquanto, hoje, eles são as fontes de recomendações que garantem a manutenção de suas estruturas, os países em desenvolvimento nem ao menos implementaram um sistema produtivo rentável, inclusivo e funcional.

Além disso, Castro (2023) concorda com Cox ao salientar que os instrumentos empregados pela OCDE influenciariam na relação entre as camadas da burguesia entre os países, intermediada pelo capital internacional (CASTRO, 2023). Isso significa, portanto, que as mudanças pregadas pela organização aproximam burguesias de países diferentes e as distanciam cada vez mais do proletariado de seu próprio país. Isso ocorre, majoritariamente, porque as reformas requeridas pela organização ao país aprofundam a luta de classes entre burguesias e proletariado, uma vez que as reformas neoliberais têm como principal resultado a precarização das relações sociais de trabalho. Logo, vê-se na OCDE a materialização de uma instituição que sedimenta as bases para a ordem mundial hegemônica capitalista.

O trabalho de Castro (2023) conclui, ainda, que a entrada do Brasil na organização atenderia aos interesses de todas as classificações de burguesia –

mesmo que em medidas diferentes – que compõem o Estado brasileiro, ou seja, a nacional, interna e associada. Apesar disso, na visão dele, a membresia não teria sido concluída exatamente pelo fato da comitiva de Bolsonaro ser a expressão da extrema-direita institucionalizada no país, uma contradição em si mesma já pontuada anteriormente e que gerou a mesma falta de legitimidade que não o reelegeu. Além disso, a própria atuação do MRE, com simpatizantes e opositos do governo também compunha os dois pesos que impediram que o processo fosse concluído até 2022.

Logo, fica evidente a análise profunda das visões de Robert Cox e Stephen Gill sobre o papel da OCDE como instrumento de poder da hegemonia estadunidense no contexto da ordem neoliberal e das conclusões ainda mais específicas de Gabriel Castro. Dessa forma, é possível concluir que a Teoria Marxista possui um entendimento muito completo e coeso acerca da organização, colocando-a como um local de reprodução das lógicas de produção e organização social do sistema capitalista. A OCDE, portanto, aprofundaria as desigualdades sociais entre os países e dentro deles mesmos.

Os movimentos de aproximação e distanciamento da organização, além da formalização de um pedido de adesão pelo Brasil são reflexos, nesse panorama, dos interesses das classes dominantes do país em cada época. A depender dos líderes e fração da burguesia no poder não só do Brasil, mas dos EUA – na posição de *hegemon* do Sistema e da OCDE – os instrumentos que permitem a manutenção de seu status quo estão mais ou menos alinhados com as políticas neoliberais recomendadas pela organização. Por isso, não fosse os extremismos político-ideológicos que assolaram o país durante e após a formalização do pedido, como exposto por Castro (2003), os outros dois fatores de Cox – econômico e o sociocultural – são pontos positivos para a membresia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia pretendeu analisar o histórico das relações do Brasil com a OCDE desde meados dos anos 1990 até 2022 e compreender a lentidão do processo de adesão plena do país à organização. Pretendeu-se responder o questionamento colocado inicialmente, ou seja, se a adesão do Brasil a OCDE poderia ser analisada através da Teoria Marxista das Relações Internacionais. A hipótese inicial positiva ao questionamento foi, portanto, comprovada. A pesquisa desenvolvida demonstrou que é possível compreender a demorada adesão do Brasil a OCDE por meio da Teoria Marxista e, de forma mais específica, que as organizações internacionais seriam espaços de perpetuação da lógica capitalista que assola o Sistema Internacional.

A hipótese inicial foi comprovada através de uma metodologia qualitativa, concretizada pela análise das relações históricas entre país-organização, de documentos oficiais, discursos e notícias relacionadas, bem como de uma análise quantitativa, por meio do método de comparação com outros países e as recomendações econômicas efetivamente proferidas pela OCDE. Da mesma forma, a justificativa para o tema mostrou-se plausível, uma vez que não só as dinâmicas de produção e a população do país são afetadas pelas movimentações com a organização, mas estes também são elementos motores do próprio decorrer das aproximações ou distanciamentos do Brasil com a OCDE.

O primeiro capítulo buscou expor o contexto histórico da formação da OCDE e o papel chave da hegemonia estadunidense na formulação das bases da nova ordem internacional sob a qual a organização está submetida. Além disso, uma análise geográfica demonstrou a escassez de representatividade em termos de diversidade de tamanho econômico e formação histórica, tendo em vista que apenas países considerados desenvolvidos e colonizadores – ou aqueles menos desenvolvidos que oferecem benefícios à organização – são membros. Para fins de comparação, o cenário e histórico de adesão dos três países sul-americanos membros da organização - Chile, Colômbia e Costa Rica – foi alvo de destaque. Foi possível perceber a similaridade entre o processo do Brasil e o da Colômbia, marcados por governos neoliberais formalizando o pedido, sem um projeto nacional bem

desenvolvido e com pouco envolvimento das classes motoras da economia no processo.

Em adição, foi traçado um quadro histórico das aproximações do Brasil com a OCDE desde meados de 1990 até o momento de formalização do pedido de adesão, em 2017. Nesse sentido, o capítulo demonstrou o objetivo primário dos EUA de ocupar uma posição hegemônica vaga no período pós-Segunda Guerra, concretizado por meio de instituições como a OCDE. O baixo nível de inclusão da organização, dessa forma, seria resultado desse objetivo, que acaba por englobar apenas as nações alinhadas ao projeto burguês e, mais especificamente, dos EUA. As aproximações brasileiras com a organização, por sua vez, alternaram-se entre momentos prósperos e adversos. Nesse sentido, foi demonstrada a importância de o projeto nacional estar congruente tanto em disposição como em capacidade com as inclinações neoliberais da OCDE.

O segundo capítulo pretendeu aprofundar o teor das relações entre o Brasil e a OCDE após o país pleitear sua adesão a organização. Dessa maneira, os governos Temer e Bolsonaro ganharam destaque, assim como as ações práticas que finalmente foram tomadas pela organização também pela primeira vez na história - com a emissão do *Roadmap* e seus requisitos neoliberais específicos de congruência para o Estado brasileiro. O governo Temer, como visto, apesar de ter sido o emissor da formalização do pedido e de suas pretensões de “reformas” neoliberais muito alinhadas com os padrões da OCDE, teve pouca credibilidade frente ao curto tempo para ação prática. Já no caso de Bolsonaro, o alinhamento e tentativa de finalização eram prioridades, mas as posições violentas ao Estado Democrático de Direito e aos direitos básicos nacionais e internacionais causou mal-estar até mesmo entre as potências mais burguesas do cenário.

A partir da exposição dos requisitos impostos por cada Comitê da OCDE, foi comprovado que países desenvolvidos pregam o livre-comércio de modo generalizado, porém o aplicam apenas em segmentos de seus interesses. Ou seja, advogam pelo livre mercado que os garante o aumento da exportação e domínio de mercados internacionais, em detrimento da aplicação de barreiras comerciais para seus segmentos não-competitivos (CHANG, 2002; 2007). A disposição brasileira em atender à essa exploração é o guia das aproximações e distanciamentos.

O terceiro e último capítulo trouxe a lente teórica entendida, desde o início, como a mais adequada para compreensão do longo processo de negociação para a membresia do Brasil à OCDE. De início, conceitos teóricos únicos, mas ligados entre si, foram definidos – a saber anarquia, ordem mundial, hegemonia e organizações internacionais. O caso específico do Brasil e da OCDE foi, então, esmiuçado à luz desses conceitos. Três principais conclusões marxistas corroboram a tese da presente monografia: em primeiro lugar, a caracterização das organizações como *locus* de reprodução e aprofundamento dos interesses hegemônicos capitalistas dos EUA inseridos num contexto de ordem mundial neoliberal, pautadas pela coerção e vigilância das políticas econômicas; além disso, o princípio da universalidade praticado no âmbito das recomendações e requisitos impostos pelas organizações, que ignoram particularidades materiais históricas e insistem em imputar os casos “exitosos” dos países desenvolvidos em economias que enfrentam, hoje, realidades completamente diferentes internamente e no cenário internacional; por fim, o aprofundamento da distância e desigualdade sociais entre burguesia e proletariado e a aproximação das classes burguesas internacionais, gerado pela padronização do projeto econômico burguês.

Direcionando maior enfoque ao comportamento brasileiro nessas relações, Castro (2023) auxiliou, novamente, na comprovação da tese inicial da presente monografia ao conferir que, mesmo que não baseado em certezas, o benefício previsto para as diversas frações da burguesia no Brasil vem de suas expectativas de investimento e financiamento externo. Os movimentos mais expressivos de aproximação do país com a OCDE ocorreram durante o predomínio do bloco no poder neoliberal, que vigorou nos governos Temer e Bolsonaro. De acordo com ele,

é possível identificar uma relação de proximidade entre a bússola ideológica do neoliberalismo com a tentativa de ingresso do Brasil na organização. Tal argumento é importante pois desvela a natureza da iniciativa que, no fim das contas, é essencialmente ideológica (CASTRO, 2023, p. 116).

O processo de adesão, não estando ainda concluído, ainda será, nos próximos anos, dependente da agenda de interesses do bloco no poder. Após a saída de Jair Bolsonaro e a entrada de Lula para seu terceiro governo, outra drástica mudança política, econômica e social foi vista no país. O governo Lula há muito busca focar em parcerias que desenvolvam o Brasil enquanto potência regional, parceira de países

também da periferia e precursor do chamado sul-global. Assim, as movimentações que poderiam subordinar o país novamente às vontades e o capital de grandes potências, como ocorre na OCDE, não costumam ganhar tanta atenção de sua comitiva (CORREIO BRAZILIENSE, 2023). Entretanto, desde sua campanha de reeleição, já foi percebida uma aproximação com frações burguesas diversas, tendo em vista a própria escolha de seu vice e ministros, o que pode também diminuir as distâncias entre a classe dirigente do país e a OCDE.

Dessa forma, para além dos blocos no poder, a sociedade será ator chave nos próximos passos dessa relação, mesmo que o formato de suas ações não seja ainda claro. Como colocado por Linklater (2005), as teorias predominantes das Relações Internacionais facilmente ignoram as relações de poder e desigualdades não entre Estados, mas entre indivíduos. Nesse sentido, a globalização conecta pessoas nos mais diversos locais, a sociedade se altera rapidamente e os movimentos sociais estariam cada vez mais crescentes e ocupando espaços de decisão.

Por fim, é preciso destacar, ainda, que o cenário das relações entre Brasil e OCDE hoje não deve mais ser analisado de uma perspectiva sobre a entrada ou não do país na organização. Uma vez que o pedido já foi protocolado e as adequações seguem sendo feitas, mesmo que em ritmos não constantes, é apenas uma questão temporal até que haja conclusão do processo. O debate, agora, deve ser permeado por estudos sobre como o Brasil pode obter a maior vantagem possível como membro da OCDE. Uma vez que os teóricos marxistas colocam que a OCDE é, como as demais organizações patrocinadas pelos EUA, um espaço de perpetuação de uma lógica capitalista já existente no Sistema – sob o qual o Brasil está inserido –, a OCDE não passa de uma representação e extensão de uma dinâmica já posta, apenas em amostragem e temática reduzidos. Dado que o Brasil é um país bem colocado, com atuação internacional razoavelmente independente, importante em termos econômicos, políticos e sociais, e que consegue se manter emergente com sinais de progresso, sua futura participação na OCDE deverá seguir a mesma lógica caso queira garantir seus interesses. Não necessariamente isso significará uma posição privilegiada dentro da organização, mas não deve aprofundar a exploração de suas capacidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADGHIRNI, Samy; SINK, Justin. Trump Says He Still Supports Brazil in OECD, Despite Letter. **Bloomberg**, [S. l.], 10 out. 2019. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-10-10/u-s-turns-down-brazil-s-oecdbid-after-publicly-endorsing-it>. Acesso em: 14 ago. 2024.

AGÊNCIA ESTADO. Mantega rebate críticas da OCDE à expansão de gastos. **G1**, [S. l.], 14 jul. 2009. Economia e Negócios. Disponível em: [https://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1229366-9356,00-MANTEGA+REBATE+CRITICAS+DA+OCDE+A+EXPANSAO+DE+GASTOS.html](https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1229366-9356,00-MANTEGA+REBATE+CRITICAS+DA+OCDE+A+EXPANSAO+DE+GASTOS.html). Acesso em: 15 mai 2024.

ANDRADE, Henrique. Biden e Bolsonaro discutiram guerra na Ucrânia, Amazônia e OCDE, diz Casa Branca: Presidentes participaram de reunião bilateral durante a Cúpula das Américas, na quinta-feira (9). **CNN Brasil**, São Paulo, 10 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/biden-e-bolsonarodiscutiram-guerra-na-ucrania-amazonia-e-ocde-diz-casa-branca/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ARANGO, C. C. O CAMINHO DA COLÔMBIA PARA A OCDE: POR QUE, PARA QUE E COMO FOI FEITO. **Revista Tempo do Mundo**, n. 25, p. 133-154, 26 abr. 2021.

BBC NEWS BRASIL. Por que esperada entrada do Brasil na OCDE ainda não vingou. **BBC News Brasil**, [S. l.], 7 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58826796>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BERNAL-MEZA, R. Contemporary Latin American thinking on International Relations: theoretical, conceptual and methodological contributions. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, p. e005, 2016.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira**. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2020.

BRAGA, C. P. A ADESAO À OCDE: MUITO BARULHO POR NADA?. **Revista Tempo do Mundo**, abril 2021. v. 25. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm25art4>. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/download/299/282/920>. Acesso em: 8 out. 2023.

BRASIL. Brasil e Reino Unido assinam cooperação para facilitar comércio. **Agência Brasil**, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-08/brasil-e-reino-unidoassinam-cooperacao-para-facilitar-comercio>. Acesso em: 18 out. 2024.

CASTRO, Gabriel Sandino de. **Frações de classe, bloco no poder e política externa: o caso da tentativa de adesão do Brasil à OCDE**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/a5e80fb5cf32-4a96-b03e-1380baf4338f>.

CHADE, Jamil. Amazônia deve condicionar apoio de Biden ao Brasil na OCDE, propõe entidade. **UOL Notícias**, [S. l.], 11 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/03/11/amazonia-devecondicionar-apoio-de-biden-ao-brasil-na-ocde-propoe-entidade.htm>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CHAHAD, José Paulo Zeetano; SANTOS, Rayne Aparecida. O Pedido de Adesão do Brasil à OCDE: Caminhos e Perspectivas. **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - Informações FIPE**, [s. l.], ed. 454, p. 10-22, julho 2018. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif454.pdf#page=10>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). OCDE e a indústria brasileira. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntosinternacionais/o-que-fazemos/temas-prioritarios/acordos-comerciais/ocde-e-a-industria-brasileira/>. Acesso em: 01 out. 2024.

Convention on the Organization for Economic Cooperation and Development. Paris, 1960.

COSTAS, Ruth. OCDE aproveita Copa para promover 'PIB do bem-estar' no Brasil. **BBC News Brasil**, [S. l.], 9 jun. 2014. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140605\\_oecd\\_indice\\_ru](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140605_oecd_indice_ru). Acesso em: 1 jun. 2024.

COX, Robert. Social forces, states and world orders: beyond International Relations Theory. **Millennium – Journal of International Studies** 1981; 10; 126

DE ABREU, Sergio Augusto; SOBRINHO, Lima Florêncio; DA SILVA FILHO, Edison Benedito. A Agenda da Política Externa Brasileira no Período Pós-Crise: uma análise crítica. **DIMENSÕES E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL NO PÓS-CRISSE DE 2008**, p. 25.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio Organizador *et al.* **Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008.** FUNAG. Brasília, 2018.

ELIAS, J. **CNN Brasil: Brasil sobe uma posição e volta a ser 12ª maior economia do mundo em 2022.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasilsobe-uma-posicao-e-volta-a-ser-12a-maior-economia-do-mundo-em-2022/>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

EMBAIXADA FRANCESA. **Chanceler da França expressa apoio ao Brasil na OCDE, mas sinaliza divergências sobre Rússia** - Folha de SP, 07/02/2023.

Disponível em: <<https://br.ambafrance.org/Chanceler-da-Franca-expressa-apoio-aoBrasil-na-OCDE-mas-sinaliza-divergencias>>. Acesso em: 8 out. 2023.

FIGUEIREDO, Carolina. **Em entrevista, Trump cita Brasil como mau exemplo na pandemia de Covid-19.** Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ementrevista-trump-cita-brasil-comomau-exemplo-na-pandemia-de-covid-19/>> Acesso em: 04 mar.2021.

FLORENCIO, L.; SEYFFARTH, A. **OCDE: O PONTO DE INFLEXÃO NECESSÁRIO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.** In: Política Externa Brasileira em Debate - Dimensões E Estratégias De Inserção Internacional No Pós-crise De 2008. Brasília. Ipea: FUNAG, 2018. ISBN: 978-85-7811-334-6 Disponível em: <[https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181206\\_a\\_politica\\_externa\\_brasileira\\_cap08.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181206_a_politica_externa_brasileira_cap08.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2023.

FRANCE PRESSE. Presidente da Colômbia assina adesão à OCDE e promete continuar a trabalhar pela paz: Entrada efetiva do país na organização se dará depois que o país aplicar medidas exigidas. **G1**, [S. l.], 30 maio 2018, Economia. Disponível

em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/colombia-assina-adesao-a-ocde-epromete-continuar-a-trabalhar-pela-paz.ghtml>. Acesso em: 31 mai. 2024.

G1. Brasil assina acordo de cooperação com a OCDE: Acordo aumentará a participação do país nos comitês da instituição. Expectativa é que país se torne membro no médio prazo. **G1**, [S. l.], 4 jun. 2015. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/brasil-assina-acordo-de-cooperacaocom-ocde.html>. Acesso em: 1 jun. 2024.

G1. Luis Guillermo Solís é eleito presidente da Costa Rica: Centro-esquerdista teve maior número de votos da história do país. Presidente eleito assumirá o poder no dia 8 de maio. **G1**, [S. l.], 7 abr. 2014. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/luis-guillermo-solis-e-eleito-presidenteda-costa-rica.html>. Acesso em: 31 mai. 2024.

G1. OCDE reduz previsão de crescimento do Brasil em 2014 de 2,2% para 1,8%: Economia segue trajetória de crescimento moderado e alta inflação, afirma. Política monetária apertada, menor demanda externa e eleição pesam, diz. **G1**, [S. l.], 6 maio 2014. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2014/05/ocde-reduz-previsao-de-crescimentodo-brasil-em-2014-de-22-para-18.html>. Acesso em: 1 jun. 2024.

GALLUCCI, Marcela Ayres. Para o mercado, Temer é irrelevante e só um assunto interessa. **Exame**, 2024. Disponível em: <https://exame.com/invest/mercados/para-omercado-temer-e-irrelevante-e-so-um-assunto-interessa/>. Acesso em: 09 out. 2024.

GARCIA, A. S. Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **Contexto Internacional**, v. 32, n.1, p. 155-177, jan. 2010.

GERMANO, Sarah. Entrada do Chile na OCDE marca importância maior da América Latina: Entrada do Chile na OCDE marca importância maior da América Latina. **Opera Mundi**, [S. l.], 15 dez. 2009. Política e Economia. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/entrada-do-chile-na-ocde-marcaimportancia-maior-da-america-latina/>. Acesso em: 30 mai. 2024.

GILL, S. Globalisation, market civilisation, and disciplinary neoliberalism. *Millennium*, v. 24, n. 3, p. 399-423, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298950240030801>. Acesso em: 09 set. 2024.

GOV BR. Histórico do Brasil na OCDE. **GOV BR**, [S. l.], 1 ago. 2022. Casa Civil. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/coligiados/ocde/processo-de-acessao-brasil-ocde/historico-do-brasil-naocde>. Acesso em: 13 mai. 2024.

GOV BR. Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Ministerial do Conselho da OCDE. **GOV BR**, [S. l.], 28 out. 2020. Ministros das Relações Exteriores. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursosartigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/ernestoaraujo/28-10-2020-intervencao-do-ministro-ernesto-araujo-na-reuniao-ministerial-doconselho-da-ocde>. Acesso em: 24 ago. 2024.

GOV BR. OCDE formaliza convite para que o Brasil ingresse na entidade. **GOV BR**, Brasil, 26 jan. 2022. Finanças, Impostos e Gestão Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/01/ocdeformaliza-convite-para-que-o-brasil-ingresse-na-entidade>. Acesso em: 27 ago. 2024.

GOV BR. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. Conselho Administrativo de Defesa Econômica, [S. l.], 2024. Assuntos Internacionais. Disponível em: <https://www.gov.br/cade/pt-br/assuntos/internacional/cooperacao-multilateral/organizacao-para-a-cooperacao-edesenvolvimento-economico-ocde-1>. Acesso em: 15 mai. 2024.

GOV BR. Posse do Novo Secretário-Geral da OCDE, Sr. Mathias Cormann. **GOV BR**, [S. l.], 1 jun. 2021. Ministros das Relações Exteriores. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/posse-do-novo-secretario-geral-da-ocde-sr-mathias-cormann](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/posse-do-novo-secretario-geral-da-ocde-sr-mathias-cormann). Acesso em: 25 ago. 2024.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea; TABAK, Jana. **Organizações internacionais: história e práticas**. Elsevier Brasil, 2015.

HESSEL, R. CORREIO BRAZILIENSE: **Adesão do Brasil à OCDE é deixada de lado pelo governo Lula**. 09 out. 2023 [s. l.]. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/10/5132166-adesao-dobrasil-a-ocde-e-deixada-de-lado-pelo-governo-lula.html>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LAMPREIA, L. F. **Apresentação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia, na reunião da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com os países não membros**. Paris, 1999. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal/LFL/textual/apresentacao-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exterioresembaixador-luiz-felipe-lampreia-na-reuniao-da-organizacao-para-a-cooperacao-edesenvolv>

LENIN, Vladimirmir Ilich Ulianov. Imperialismo: fase superior do capitalismo. **Germinal:**

marxismo e educação em debate, v. 4, n. 1, p. 144-224, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20746-organizacao-para-acooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20Coopera%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 18 nov. 2023

NEVES, Leonardo Paz. A experiência latino-americana na OCDE: referências para o Brasil. **Revista Tempo do Mundo**, n. 25, Abr. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13363>

NEVES, Leonardo Paz. **A adesão do Brasil à OCDE em uma realidade multipolar**. Cadernos Adenauer XXIII (2022) nº3.

OCDE. **A OCDE e o Brasil: Uma relação mutuamente benéfica**. In: América Latina: países. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/paises/brasilportugues/>. Acesso em: 8 out. 2023.

OCDE. **Chile's accession to the OECD**. News on Chile. 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/chile/chilesaccessiontotheoecd.htm>. Acesso em 1 jun. 2024.

OCDE. **Colombia's path towards OECD accession**. News on Colombia. 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/colombia/colombia-accession-to-the-oecd.htm>. Acesso em: 1 jun. 2024.

OCDE. Global OECD welcomes Colombia as its 37th Member. **OCDE**, [S. /], 28 abr. 2020. Newsroom. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/global-oecdwelcomes-colombia-as-its-37th-member.htm>. Acesso em: 1 jun. 2024.

OCDE. *Legal instruments*. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments?mode=advanced&yearFrom=1952&yearTo=2024>. Acesso em: 01 out. 2024.

OCDE. Los países de la OCDE invitan a Costa Rica a convertirse en el 38º miembro de la Organización. **OCDE**, [S. /], 15 maio 2020. Newsroom. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/los-paises-de-la-ocde-invitan-a-costa-rica-convertirse-en-el-38-miembro-de-la-organizacion.htm>. Acesso em: 1 jun. 2024.

OCDE. **Trabalhando com o Brasil**. A OCDE e o Brasil, Paris, p. (76), junho 2022. Disponível em: [https://issuu.com/oecd.publishing/docs/trabalhando\\_com\\_o\\_brasil\\_2022#:~:text=A%20OCDE%20e%20o%20Brasil%3A%20Uma%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20crescente%20e%20mutuamente,e%20a%20oitava%20do%20mundo](https://issuu.com/oecd.publishing/docs/trabalhando_com_o_brasil_2022#:~:text=A%20OCDE%20e%20o%20Brasil%3A%20Uma%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20crescente%20e%20mutuamente,e%20a%20oitava%20do%20mundo). Acesso em: 8 out. 2023.

OCDE. **Trabalhando com o Brasil**. A OCDE e o Brasil, Paris, p. (68), março 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/Active-with-Brazil-Port.pdf>. Acesso em: 8 out. 2023.

OCDE. OECD's 60th anniversary. **Our history**, [S. /], 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/60-years/>. Acesso em: 8 out. 2023.

OCDE. **OECD takes first step in accession discussions with Argentina, Brazil,**

**Bulgaria, Croatia, Peru and Romania.** Press Release, Paris, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2022/01/oecd-takes-first-step-in-accession-discussions-with-argentina-brazil-bulgaria-croatia-peru-and-romania.html>. Acesso em: 18 jul. 2024.

OECD. OCDE lança Índice para uma Vida melhor no Brasil ao lado de Pelé e às vésperas do pontapé inicial da Copa do Mundo. **OECD**, [S. l.], 9 jun. 2014. Web Archive. Disponível em: <https://web-archive.oecd.org/2014-06-10/307125brazilportugueseversion.htm>. Acesso em: 1 jun. 2024.

O GLOBO. OCDE eleva previsão de expansão do Brasil em 2010 a 4,8%. **O GLOBO**, [S. l.], 19 nov. 2019. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/ocde-eleva-previsao-de-expansao-do-brasil-em-2010-48-3150932>. Acesso em: 15 mai 2024.

PASSARINHO, Nathalia. O que o Brasil perde e ganha se entrar na OCDE, o 'clube dos países ricos'. **BBC News Brasil**, Londres, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51121488>. Acesso em: 22 ago. 2024

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Uma política externa no governo Bolsonaro? In: CORSI, Francisco; SANTOS, Agnaldo; MENDONÇA, Marina (Org.). **Uma política externa no governo Bolsonaro?** 1ed. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2022.

POULANTZAS, Nicos. Fascismo e Ditadura. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

QUADROS, Sérgio. E. **Internacionalização do renminbi.** A percepção das empresas brasileiras em relação ao processo de internacionalização da moeda da China. Porto Alegre, 2020.

QUEIROZ, Augusto. UK shows support for Brazil's OECD admission. **Agência Brasil**, Brasília, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/internacional/noticia/2019-06/uk-shows-supportbrazils-oecd-admission>. Acesso em: 28 ago. 2024.

Roadmap for the OECD Accession Process of Brazil. **OCDE**. 10 de junho de 2022, Paris.

ROCHA, Juliana. OCDE recomenda fim dos incentivos fiscais no país. **Folha de S. Paulo**, [S. l.], 15 jul. 2009. Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1507200907.htm>. Acesso em: 15 mai 2024.

SÁEZ, Raúl E. La OCDE y el ingreso de Chile. **Estudios Internacionales**, v. 43, n. 166, p. 93-112, 2010.

SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no mundo atual**, v. 1, n. 09, p. 24-47, 2011.

SOBRINHO, Wanderley Preite. 7 anos após reforma trabalhista, 70% dos informais querem carteira assinada. **UOL Notícias**, São Paulo, 26 ago. 2024. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/26/reformatrabalhistainformalidade-autonomos-clt-carteira-assinada.htm>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2007.

SPINDOLA, Pablo. O Panoptismo de Foucault: uma leitura não utilitarista. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: [https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312590916\\_ARQUIVO\\_ArtigoOpanoptismodeFoucault-umaleituranaoutilitarista-Anpuh2011.pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312590916_ARQUIVO_ArtigoOpanoptismodeFoucault-umaleituranaoutilitarista-Anpuh2011.pdf). Acesso em: 09 out. 2024.

TATEMOTO, Rafael. Política econômica de Temer põe indústria em xeque, afirmam especialistas: Agenda do governo tem impedido retomada do desenvolvimento do setor. **Brasil de Fato**, São Paulo, 5 maio 2017. Política. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/05/politica-economica-de-temer-poeindustria-em-xeque-afirmam-especialistas>. Acesso em: 10 ago. 2024.

TREVIZAN, Karina. Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico: Há apenas seis anos, em 2010, Brasil teve o maior crescimento do seu PIB em 20 anos, de 7,5%; em 2016, registrou a segunda retração anual consecutiva, de 3,6%. **G1**, 7 mar. 2017. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucosanos-apos-um-boom-economico.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2024.

TUON, Ligia; MALAR, João Pedro. Reforma da Previdência economiza 2 vezes mais que esperado em 3 anos, diz estudo. **CNN Brasil**, São Paulo, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/reforma-daprevidencia-economiza-2-vezes-mais-que-esperado-em-3-anos-dizestudo/#:~:text=Quase%20tr%C3%AAs%20anos%20ap%C3%B3s%20sua,bilh%C3%B5es%20de%202020%20a%202023>. Acesso em: 27 ago. 2024.

VIEIRA, Luiz Alfredo Mello; GUSMÃO, Luiz Antônio. O Livro na Rua: Chile. **Biblioteca da rua**: Série Diplomacia ao Alcance de Todos, FUNAG, [s. l.], ed. 15, 2011. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1099>. Acesso em: 30 mai. 2024.

ZAMORA RODRIGUEZ, Steven *et al.* **Estudio sobre el Devenir de Costa Rica como Miembro de la OCDE: Análisis sobre su Identidad Nacional y el Papel que Ocupa como Miembro más Reciente**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso.